

Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Campus Franca

O espaço social em questão: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto.

Valdeir Claudinei de Oliveira

Franca/SP
2005

Valdeir Claudinei de Oliveira

O espaço social em questão: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto.

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Campus de Franca para a titulação em nível de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
Linha de Pesquisa: *Movimentos sociais*, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Raquel dos Santos Sant’Ana.

Franca/SP
2005

FOLHA DE APROVAÇÃO

Valdeir Claudinei de Oliveira

“O espaço social em questão: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto.”

Dissertação para obtenção de título de Mestre

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Franca

Serviço Social: trabalho e sociedade

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Raquel dos Santos Sant’Ana (UNESP – Franca)

Prof. Dr. José Fernando Siqueira (UNESP – Franca)

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Davi Novaes (UNICOC – Ribeirão Preto)

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

Dedico aos meus pais e a toda população do Jd. Progresso.

- AGRADECIMENTOS -

Gostaria de agradecer primeiramente a orientadora Prof^{fa}. Dr.^a Raquel Santana, que sempre orientou-me com paciência e compreensão desde a época em que trabalhávamos no GAPAF. Lições que jamais esquecerei. Muito obrigado.

À exemplar funcionária Gigi minha eterna gratidão e aos demais funcionários do campus, que em muito contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos e a todos os que me acompanharam por esta trajetória.

Resumo: A partir da análise do surgimento do Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto –SP (MUST), é objetivo deste trabalho apresentar os limites e dificuldades da organização de um movimento social urbano capaz de articular-se em torno de um projeto político pautado na aquisição de bens de consumo coletivos e na conquista de melhores condições e vida no espaço urbano.

Palavras-chave: segregação sócio-espacial, movimento social urbano, MUST.

Abstract: By the analysis of the MUST (Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto – SP), this work's objective is to present the limits and obstacles of managing a social urban movement capable to articulate about based on a political, project guided essentially in requesting collective goods consupcion searching for better condition of living in an urban area.

Key-words: social-spacial segregation, social urban movement, MUST.

- SUMÁRIO -

I. Introdução.....	08
II. Capítulo I: Globalização.....	15
I.1 As mudanças no mundo do trabalho.....	26
III. Capítulo II: As cidades e seus contrastes.....	41
II.1 As cidades brasileiras.....	53
IV. Capítulo III: O Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto, MUST... ..	66
III.1 Ribeirão Preto e seus contrastes.....	66
III.2 Ocupação e resistência.....	74
III.3 A atuação do MUST.....	80
III.4 O MUST e a conquista do Jardim Progresso.....	89
V. Considerações finais.....	93
VI. Bibliografia.....	96

I. Introdução.

Na atual complexidade que caracteriza o tempo presente, pode ser observado o agravamento de inúmeras questões que assolam de sobremaneira o homem moderno residente nos centros urbanos e metrópoles, tais como: o aumento desenfreado das áreas pobres e periféricas, escassez de equipamentos de consumo coletivo, a explosão da violência nas suas mais variadas formas, etc.. Ainda no que se refere ao agravamento do problemas em torno da cidade, é válido mencionar a degradação do meio-ambiente, onde detritos de cidades inteiras são jogados nos rios sem tratamento algum. Soma-se a isto, os poluentes despejados diariamente nos rios pelas indústrias.

No entanto, nos últimos anos, os problemas que anteriormente afetavam apenas as metrópoles, começaram a se manifestar também em cidades do interior, como Ribeirão Preto, Londrina, São José do Rio Preto, etc. Nestas cidades, o contraste da segregação sócio-espacial está cada vez mais visível, e apelo ao luxo passa a contracenar com as inúmeras carências da população pobre.

Neste novo período de acumulação e intensificação do capital, é notável uma certa distribuição do espaço em função do consumo, fato este identificável na valorização dos imóveis construídos próximos aos *Shoppings*, e que no atual contexto são considerados como áreas assépticas e seguras. Aliás, na cidade, as relações entre as pessoas estão cada vez mais pautadas pela capacidade de consumo.

Aqueles que podem consumir estabelecem-se próximos às áreas abundantes em infra-estruturas, com equipamentos da saúde (públicos e privados), Parques Ecológicos, restaurantes, inúmeras formas de diversão, vias de fácil acesso, áreas arborizadas. De outro, tem-se uma população extremamente empobrecida, carente de recursos básicos e políticas habitacionais. Contudo, o modelo de planejamento urbano baseado na alocação dos pobres em áreas periféricas já não apresenta tanta eficácia, pois os pobres, que tanto medo causam, estão cada vez mais próximos das áreas nobres e centrais, e contracenam com o luxo e o brilho da cidade. As ocupações de prédios abandonados nos centros das cidades, as pequenas favelas que se formam em terrenos abandonados nas áreas centrais, constituem-se como exemplos deste novo período.

Os deslocamentos constantes rumo às áreas com maiores possibilidades de emprego, pode ser considerado como uma das estratégias de sobrevivência para a população pobre. Mas, na maioria das vezes, ao chegarem na nova cidade, deparam-se com inúmeros problemas, dentre eles a carência habitacional. Também na cidade, em decorrência dos baixos salários auferidos à população com pouca escolaridade, as pessoas são empurradas para sub-habitações por não conseguirem pagar os altos aluguéis.

Nesta evidente segregação do espaço, onde uma pequena parcela da população usufrui de todos os benefícios da vida urbana e a outra, mesmo sendo maioria, encontra-se completamente isolada dos recursos citadinos, ainda é possível a manifestação de movimentos sociais organizados, cujos objetivos estejam pautados na reivindicação por melhores condições de vida no espaço urbano. Embora sua ocorrência no Brasil não seja algo recente, pois os primeiros remontam as décadas de 40 e 50 e restritos as metrópoles,

a manifestação de um movimento social urbano nos anos 90, em uma cidade das proporções de Ribeirão Preto, com uma população em torno de 500.000 habitantes, demonstra o agravamento da carência habitacional em cidades localizadas no interior.

Neste sentido, a organização de uma parcela da população que se encontrava excluída da cidade, sem condições de possuir uma moradia digna e decidem ocupar uma área pública abandonada, demonstra a possibilidade de formação de ações reivindicatórias que surgem em decorrência de necessidades comuns.

Assim, torna-se de suma importância o conhecimento do MUST (Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto) que surgiu da ocupação do Horto Florestal Municipal de Ribeirão Preto. E embora a cidade possa ser considerada atualmente como um grande centro comercial da região e até mesmo do Estado de São Paulo, nunca fora registrada a ocorrência de outros movimentos sociais urbanos na cidade.

O MUST durante todo o seu período de atuação, procurou dar visibilidade à falta de infra-estrutura da população ocupante do Horto Municipal, e, conseqüentemente, da carência de programas habitacionais na cidade que se intensificaram nos anos 90. Suas ações foram de extrema importância para a regularização da área, culminado inclusive na formação do Bairro Jardim Progresso .

Especificamente para o Serviço Social, a temática urbana ganha importância por ser justamente nas relações sociais que se materializam na cidade, o seu maior espaço de atuação. E desde o início da sua profissionalização no Brasil, o Serviço Social esteve junto às camadas menos favorecidas, seja atuando no desenvolvimento de comunidade, na implementação e execução de políticas habitacionais, ou atuando diretamente no suporte

técnico aos Movimentos Sociais Urbanos. Inclusive, prevê em seu Código de Ética o posicionamento em favor dos Movimentos Sociais.

Por entender que a questão urbana não encontra-se isolada dos outros problemas que interferem na vida do homem moderno, sendo resultado de um processo de divisão do solo que jamais previu a inserção da população pobre. E sobretudo, também é resultado da necessidade continua de intensificação do capital, facilmente identificável na especulação imobiliária, nas mudanças do mundo do trabalho, na ideologia da globalização, etc. Partindo desta premissa, procurou-se dividir o trabalho em três capítulos, apresentados a seguir:

No primeiro capítulo foi realizada uma breve análise sobre a globalização, que no atual contexto altera aspectos íntimos e pessoais de praticamente todos os habitantes da Terra, porém, com intensidades diferenciadas. Atualmente é possível fazer menção a um certo um estilo de vida globalizado, pautado essencialmente no consumo de produtos mundiais, tais como: carros, roupas, livros, músicas, etc.. E nesse estilo globalizado de viver, a língua inglesa consagra-se como a idioma mundial. Mas, retratar a globalização e seus efeitos, remete-nos imediatamente ao questionamento das mudanças que se operam no mundo do trabalho, e que ocasionam, além dos deslocamentos constantes da população pobre à procura de emprego – em âmbito nacional e internacional – a substituição da mão-de-obra por processos automatizados, colocando desta forma novos desafios para a classe-que-vive-do-trabalho, principalmente no que se refere à sua organização.

No segundo capítulo, específico sobre as cidades, procurou-se conhecer a nova configuração das cidades modernas, consideradas por alguns estudiosos da questão urbana como cidades globais, porém, ainda mantém a estrutura segregada, e até mesmo agravam o abismo existente na distribuição da população pelo espaço. Em seguida, realizamos uma breve análise sobre a urbanização no Brasil e a ocorrência de Movimentos Sociais Urbanos.

No terceiro capítulo foi realizada uma pequena apresentação da cidade de Ribeirão Preto, destacando-se a interferência dos “barões do café” - que no atual contexto personificam-se nas figuras dos “usineiros” - na composição do espaço urbano da cidade. Em seguida, procurou-se relatar por meio da fala dos próprios agentes envolvidos no processo, como ocorrera a ocupação do Horto Florestal Municipal e a conseqüente formação do MUST. Nesta parte do trabalho, procurou-se dar voz as pessoas que participaram do processo, deixando-as que relatassem sobre o significado do MUST para a população do Jardim Progresso. Ao final do capítulo foram descritos alguns problemas que a população ainda enfrenta.

Como afirma Ecléa Bosi,

Depois de descobrir carências, percebemos que elas nos comprometem. É preciso conhecer o problema de perto, tocar nos fatos. Mas isso não basta para que se fale em nome de alguém: devemos também enxergar de sua perspectiva a realidade.¹

Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com auxílio de gravadores. A princípio foram realizadas 5 entrevistas com as antigas lideranças do

¹ BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. Vozes: Petrópolis, 1981, p.179

MUST, e que atualmente encontram-se atuantes na Associação de Bairro do Jardim Progresso. Também foram realizadas mais duas entrevistas com pessoas que residem atualmente no Jd. Progresso (antiga ocupação do Horto) e puderam acompanhar todo o processo de urbanização da área.

Como a pesquisa teve início em 2003, época em que o MUST já não desenvolvia nenhuma atividade no Jardim Progresso, foi extremamente difícil encontrar os primeiros militantes, pois a maioria já havia migrado para outras ocupações fora de Ribeirão Preto, afim de ajudá-los no processo de regularização da área.

Também foram utilizados dissertações e teses que analisaram o processo legal da ocupação do Horto Florestal (PESSINI: 2002), e sobre a população migrante na cidade (ZAMBONI: 2002). Foi de extrema importância para a compreensão da ocupação realizada no Horto, o trabalho desenvolvido pela UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto) sobre as contradições da Califórnia Brasileira (FERNANDES: 2003).

Atualmente, com a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o municípios são obrigados a nortear seus gastos a partir da análise dos recursos disponíveis no território, portanto, há a necessidade de conhecer quem são os habitantes, do que sobrevivem, o que necessitam, quais os recursos que dispõem, por onde circulam etc.. Assim, a questão urbana adquire importância não apenas para os planejadores do espaço, mas para todos aqueles que de certa forma lidam com a cidade e seus inúmeros problemas.

Contudo, o trabalho desenvolvido procurou contribuir com a produção referente a problemática urbana no Serviço Social, tão necessária à atuação profissional, mas que no

entanto ainda é muito pouco estudada. Também, procurou registrar a organização de uma parcela da cidade, que se encontrava completamente ausente dos benefícios do espaço urbano e conseguiu dar visibilidade a um problema que parecia afetar somente as metrópoles, ou seja: a carência habitacional.

Capítulo I: Globalização.

É notório que a sociedade neste início de século passa por diversas mudanças, perceptíveis nas transformações ocorridas nas relações de trabalho, na intensificação e aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e na possibilidade de uma integração mundial. Como ressalta Castells, vivemos o momento que pode ser caracterizado como a era da informação².

Falar em mudanças que operam além das fronteiras locais, remete imediatamente ao questionamento do advento da globalização. Embora esta seja uma palavra muito usada, poderíamos dizer até mesmo na moda, sua menção ganha importância nas mais variadas formas de produção humana. Assim, é comum o pronunciamento de que determinado estilo de roupa é globalizado, ou um modelo de carro, ou determinado livro etc. E por ser um processo de dimensões globais, torna-se de suma importância o conhecimento e o sentido que alguns pensadores da sociedade contemporânea atribuem ao “fenômeno”.

Embora se constitua como um processo relativamente novo (a afirmação não é um consenso), esta fase de organização mundial influencia aspectos socioeconômicos em todo o mundo, alterando padrões institucionais, culturais, temporais e constituindo-se como mais um tema imprescindível para a compreensão do tempo presente.

É comum a menção de que o período atual pode ser caracterizado pela ruptura com a modernidade, expressa na ausência de um modelo de civilização, tendo em vista o fato

de que o modelo socialista já ter demonstrado sua inoperância – na concepção pós-moderna – e o capitalismo se autoproclamado como sistema hegemônico. É chegada a era da pós-modernidade. Para alguns adeptos desta perspectiva, a globalização é capaz de promover ou elevar a autonomia dos indivíduos. Alias, (GIDDENS, 1996: 22)³ argumenta que a autonomia refere-se às múltiplas capacidades do indivíduo em se representar tanto nos espaços públicos como nos espaços privados da vida cotidiana e, na sua opinião, a autonomia constitui-se como requisito básico para a globalização. Assim, com a mudança na relação espaço-tempo (o fluxo de informações e materiais opera-se em escala global), vislumbra-se também um redimensionamento na percepção dos agentes do que seria o espaço público e privado.

Inegáveis são as mudanças ocorridas neste início de século, porém, deve-se esclarecer que o processo em curso não rompeu com uma das principais características do sistema capitalista: a exclusão sócio-econômica da maioria da população. Pelo contrário, o que se observa é um agravamento nos problemas que assolam a vida do homem, principalmente para aqueles residentes nos grandes centros urbanos dos países pobres, outrora denominados terceiro mundo, onde a autonomia não acontece de fato, pois os rumos e prioridades das políticas econômicas são ditadas pelos países ricos, outrora também denominados primeiro mundo. Também, as relações que marcam a sociedade capitalista industrial não foram superadas, e o que se percebeu foram mudanças necessárias para intensificação da exploração do trabalho.

² CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 2.

³ GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

Desta forma, o debate sobre a globalização é permeado por vários pontos de vista, onde alguns a endeusam e enaltecem suas supostas *benesses*, comprováveis, segundo eles, pelo rápido fluxo de informações, acesso à tecnologia, supremacia do mercado⁴ – que recruta profissionais cada vez mais especializados – e na ampliação dos espaços democráticos⁵.

E se a globalização é um processo em curso e comporta distintas abordagens, surge evidentemente o questionamento acerca de quando teria ocorrido o seu início. Como o tema é complexo e relativamente novo, torna-se extremamente difícil delimitar ou definir uma marco específico para o seu início.

Segundo SCHILLING, o processo de globalização sempre fez parte da sociabilidade: “No critério por nós adotado, consideramos que o processo de globalização ou de economia-mundo capitalista como preferiu Immanuel Wallerstein, nunca se interrompeu. Se ocorreram momentos de menor intensidade, de contração, ela nunca chegou a cessar totalmente”⁶.

Partindo desta premissa, o autor divide o processo de globalização em três distintas fases, sendo elas: a primeira marcada pelo Expansionismo Mercantilista (1450-1850); a segunda fase, denominada por ele de Industrial-Imperialista-Colonialista, marcada por

⁴ (...) globalização é sinônimo de padronização da conduta, perspectiva comum entre alguns analistas de mercado. Para eles, a globalização da economia implicaria a emergência de uma sociedade na qual os homens se comportariam de maneira idêntica. Viveríamos assim em um mundo ‘plano’; o mercado, compacto e padronizado, revelaria a sua superfície. Assim, uma série de objetos, jeans, televisores, cartões de créditos, fast-food, seriam vendidos e consumidos mundialmente, expressando a face unidimensional das sociedades contemporâneas”. ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. Ed Olhos d’Água: São Paulo, 1997, p. 23.

⁵ Alguns defensores da globalização dizem que um dos grandes feitos do processo em curso, foi ter ampliado os espaços democráticos, e como exemplo citam a diminuição ou quase o fim dos regimes ditatoriais na América Latina após as décadas 1970-80.

⁶ SCHILLING, Voltaire. **Globalização ontem e hoje**. [S.I]. Disponível em <<http://www.terra.com.br/Voltaire/atualidade/htm>>. Acesso em 03/12/2004, 16:30.

mudanças ocorridas no campo da técnica e da política (1850-1950); e a terceira fase, marcada pelo predomínio da superpotência Norte-Americana, após a Segunda Guerra Mundial⁷.

Mesmo com as claras demarcações estabelecidas pelo autor, é válido mencionar que o conceito em voga, segundo Giovanni Alves⁸ (2002:01), teve seu início em meados dos anos 70 do século passado, como ideologia da globalização e, na década seguinte, tenderia a se disseminar pelo Mundo. Representava sobretudo os interesses de corporações transnacionais e dos grandes fundos de investimentos privados, e nos anos oitenta, conseqüentemente, surgiram as principais linhas de desenvolvimento do capitalismo global, que em sua opinião, atualmente apresentam limites críticos.

Outro questionamento pertinente ao conceito, é se este seria benéfico para toda a humanidade. Sobre esta questão, foi selecionada uma pequena passagem de uma importante autora do Serviço Social:

Outra consideração fundamental permite afirmar que este processo não é, em si próprio, negativo ou positivo. A globalização de valores éticos em relação aos direitos das crianças, aos direitos humanos, ou contra a violência, é altamente positiva. O mesmo pode ser dito sobre o encontro de Istambul, do Habitat II, quando delegações do mundo todo discutiam os valores universais de habitabilidade nos centros urbanos. O debate foi altamente produtivo⁹.

⁷ Para Octavio Ianni, o processo em curso, por ele denominado Globalismo, teve um outro marco inicial “Desde que o capitalismo retomou sua expansão pelo mundo, em seguida à Segunda Guerra Mundial, muitos começavam a reconhecer que o mundo estava se tornando o cenário de um vasto processo de internacionalização do capital. Algo jamais visto anteriormente em escala semelhante, por sua intensidade e generalidade. O capital perderá parcialmente sua característica nacional, tais como a inglesa, norte-americana, alemã, japonesa, francesa ou outra., e adquiriria uma conotação internacional”. IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Ed. Civilização Brasileira:Rio de Janeiro, 1998.

⁸ ALVES, Giovanni. **A natureza da crise da globalização**[S.I] Revista Eletrônica Autor, Ano II, nº 14, Agosto de 2002, Site <http://www.revistaautor.com.br/artigos>. Acesso em 23/10/2004, 10:30.

⁹ SPOSATI, Aldaíza. **Globalização: um novo e velho processo**. In DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio, RESENDE, P.E.A(orgs). **Desafios da globalização**. Vozes, Petrópolis, 1997, p.43-49.

Embora estas convenções tenham trazido alguns benefícios, é pertinente mencionar que mesmo com a participação da maioria dos países ricos (e alguns subdesenvolvidos e pobres), não surtiram os efeitos esperados. Principalmente quando analisadas as medidas de proteção ao meio ambiente, onde houve um comprometimento por parte dos países ricos, mas que na prática não foram adotadas integralmente, essencialmente quando estas ameaçavam os pólos de produção. Ironicamente, são estes os primeiros a promoverem sanções aos países pobres, sob alegação de que os mesmos não respeitam o meio ambiente e desconhecem o que seria o desenvolvimento sustentável¹⁰. Sobre este aspecto, COCCO (1999:40) faz uma interessante análise:

(...) Os limites ecológicos de produção e consumo de massa aparecem para as economias periféricas fortemente urbanizadas (como no caso do Brasil) de maneira particularmente perversa. Por um lado, eles não são o fruto de uma verdadeira democratização do consumo (como acontece nas economias centrais) e, portanto, ainda constituem uma meta a ser atingida. Por outro lado, pelo próprio modelo de colonização, pelos níveis de densificação urbana e os evidentes problemas de planejamento do espaço público (cujos indicadores se encontram sobretudo no controle privado de serviços essenciais como os transportes coletivos), eles indicam limiares de tolerância ambientais ainda mais frágeis (insustentáveis para usar um termo “na moda”)¹¹.

O mesmo acontece quando se trata da globalização dos direitos humanos, necessários segundo os países ricos; porém, não é mencionado quando o assunto é referente a corrida mundial por petróleo, e neste quesito, é nítida a relação estabelecida

¹⁰ Aqui utilizamo-nos do conceito de desenvolvimento sustentável, como um dos aportes ideológicos desta nova fase de estruturação do capital, que prega a possibilidade de um desenvolvimento “mais humano”, onde a economia tenderia ao crescimento sem a ocorrência da degradação do meio ambiente.

¹¹ COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania**: Produção de direitos na era da globalização. Cortez:São Paulo, 1999.

entre os EUA e os principais países produtores, utilizando-se da Guerra quando seu império é posto a prova. Assim, a globalização apresenta-se revestida pela imagem de detentora de uma nova ética humanitária, pautada no respeito aos direitos humanos, à diversidade e ao meio ambiente, porém, quando esses princípios são analisados com mais proximidade, torna-se claro seu real significado, que perdura desde início do capitalismo. Ou seja, a intensificação dos meios de produção, sem respeito ao meio ambiente, sem respeito à condição humana, pautada numa ética individualista e discriminatória. Mais do que nunca, o que se observa é a consagração do mundo da mercadoria e o endeusamento do mercado.

Na opinião de Touraine¹² (1999: 15), a globalização se constitui muito mais como um mito do que um fato real, pois ainda é incapaz de superar as políticas nacionais. Como dito anteriormente, a globalização não atinge todos os países com a mesma intensidade, haja visto o caso dos países africanos. A França, por ser um país de tradições políticas muito fortes, rico e com um nível de escolaridade muito alto, provavelmente não sofre tanta influência dos Fundos Internacionais, porém a situação é bem diferente quando analisa comporta os países pobres, neocolonizados, onde os rumos das políticas econômicas e sociais são ditados pelos países ricos.

Neste contexto – caracterizado pela supremacia do mercado – é cada vez maior a influência das empresas transnacionais¹³ na economia e política dos países pobres,

¹² TOURAINE, Alain. **Como sair do Liberalismo?**. Edusc: Bauru-SP, 1999, p 15.

¹³ “Entretanto, a partir da década de 1960 ocorreu uma profunda transformação na divisão mundial do trabalho, que deixou de se realizar exclusivamente mediante a articulação de quadros nacionais e passou, nos seus aspectos mais importantes, a operacionalizar no âmbito das grandes companhias transnacionais. A globalização do capital alcançou um estágio superior e converte-se em transnacionalização. Mais do que a junção de fronteiras, trata-se da passagem

ditando prioridades, metas, objetivos, sempre embasadas pelo discurso do “desenvolvimento”. Aliás, as transnacionais não devem ser analisadas a partir de termos nacionais, ou sequer geográficos, mas sobretudo pelo prisma social, pois independentemente da posição do país, o que lhes interessa é se este terá boas infra-estruturas, mercados promissores e mão-de-obra qualificada.¹⁴

Falar em globalização da economia remete também a pensá-la enquanto um processo que influencia e altera aspectos íntimos das pessoas em todo o mundo. È possível até mesmo uma cultura mundial, como ressalta Ortiz:

(...) A mundialização da cultura não é uma falsa consciência, uma ideologia imposta de forma exógena. Ela corresponde a um processo real, transformador do sentido das sociedades contemporâneas. Os objetos que nos circundam – utensílios, máquinas, arquitetura – são manifestações desta mundialidade. Eles encerram a sua “verdade”, exprimindo-a na sua cotidianidade, na sua rotina¹⁵.

Ortiz retrata muito bem a cultura internacionalizada, que pode ser vista em várias esferas da vida cotidiana. Como exemplo pode-se citar a internacionalização da língua Inglesa, que se constitui atualmente como requisito básico para qualquer pessoa que queira se relacionar no mundo globalizado. Para alguns, ela já é considerada a língua

por cima das fronteiras. Por isso a terminologia de “companhias multinacionais”, comumente usada, deve ser substituída pela de “companhias transnacionais”, que nos indica a especificidade deste tipo de empresa. Elas não juntam nações – passam por cima delas” BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos trabalhadores**. Ed. Boitempo: São Paulo, 2000, p 39.

¹⁴ Idem, p.42.

¹⁵ ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997, p 20.

universal e adentra os vocabulários locais, regionais e nacionais¹⁶. Assim, é possível vislumbrar inúmeras palavras Inglesas que agora fazem parte do nosso vocábulo, tais como fast-food, delivery, happy hour, e-mail, drive-in, ... etc.

Ortiz faz menção ao novo padrão de consumo transnacional, estabelecido pela globalização.

A cartografia do consumo mundial independe das realidades nacionais. Ela propõe um outro tipo de agrupamento geográfico. Para compreender a diversidade padronizada dos estilos de vida, os *marketeers* começam a operar com tipologias transnacionais. É possível, desta forma, falar em consumo ‘internacional sofisticado’, envolvendo pessoas que os publicitários chamam de cidadãos do mundo, viajantes que se deslocam por todo o planeta, e têm suas vidas pautadas pelas exigências mundializadas; em consumo ‘menos sofisticado’, mas ainda referente a indivíduos abertos às coisas do exterior; e consumo ‘provinciano’, os que se contentam com as oportunidades oferecidas por suas localidades. No contexto do mercado global as classificações transnacionais substituem as divisões de classe.¹⁷

Um dos grandes alicerces de sustentação e disseminação da ideologia da globalização está pautada na mídia, sempre acompanhada ou complementada pela publicidade. Esta divulgação não tem sido apenas de mercadorias, no sentido convencional, mas está presente na política, tanto quanto nos bens de consumo correntes. Ela envolve a informação e idéias, de tal modo que o leitor, ouvinte, espectador, audiência ou público é informado, orientado, induzido, subordinado, manipulado. Assim nasce o consumismo, crescente e avassalador, sôfrego e compulsivo. Mais que isso, devido ao

¹⁶ “As forças simbólicas que determinam o mercado lingüístico definem aqueles que falam e os que escutam. O princípio de autoridade se reforça no momento em que a comunicação se realiza. Paradoxalmente, nos encontramos diante de uma situação na qual as pessoas apreciam o que não entendem. Elas escutam por que crêem. Isto é, a legitimidade do inglês é tal, que nesses casos eles prescindiria do entendimento daqueles que o empregam”. ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**, São Paulo: Brasiliense, 1994, p.193.

¹⁷ Idem, pg 174.

modo pelo qual a publicidade induz ao consumo faz com que indivíduos, coletividades e multidões, consciente e inconscientemente, elejam o consumismo como um exercício efetivo de participação, inserção social ou mesmo de cidadania. São muitos os que se comportam e imaginam como se o consumismo fosse o mais imediato, objetivo e evidente exercício de cidadania¹⁸.

Neste início de século, tem-se a impressão de que vivemos o ápice da reificação das relações sociais, onde a mercadoria ocupa e ganha sentido em todos os espaços, constituindo-se como parâmetro de prosperidade e satisfação. Mercadoria esta que agora assume características mundiais, globais, transnacionais, redefinindo e estabelecendo novas e velhas fronteiras.

A globalização entendida desta forma, ou seja, muito mais do que uma relação econômica estabelecida entre países permite vários questionamentos, pois como mencionado anteriormente, ela é capaz de alterar aspectos íntimos em todo o mundo, direcionando prioridades e metas para os países que pleiteiam a “inclusão” no seletivo, excludente e “promissor” mercado mundial.

As instituições, sejam públicas ou privadas, são obrigadas a se adequarem aos novos padrões internacionais, pois agora o fluxo de informações e mercadorias é muito veloz. Assim, a globalização é difundida como um caminho interessante e necessário de inclusão. Contudo, a globalização, por apresentar-se como um processo totalizante e totalizador, também força o repensar sobre as possibilidades e formas de luta, cujo

¹⁸ IANNI, Octavio. **A política mudou de lugar**. In DOWBOR, Ladislau; RESENDE, P.E. A. Desafios da Globalização, Petrópolis: Vozes, 1997. p.17-28.

intuito seja o de resistir ao capitalismo neoliberal global. Neste quesito, as opiniões sobre a questão também não homogêneas.

Por exemplo, o fato da globalização afetar praticamente – com intensidades diferentes – todos os habitantes da terra, sem distinção de nação ou espaço geográfico, poderia o nacionalismo constituir-se como uma ferramenta de resistência à mundialização? Sobre este aspecto, um grande pensador contemporâneo faz uma interessante análise da questão:

O nacionalismo permanece hoje como prioridade para os povos do Sul. Ele é uma proteção, no sentido que permitir afirmar direitos de soberania e uma estrutura de *autodefesa* contra as práticas de dominação do Norte. Nacionalismo não significa a retração para dentro de si mesmo: ele tem de ser aberto; mas para isto deve pressupor uma nova ordem mundial que – ao contrário do que se vê hoje – não consista na hegemonia de uma super potência e seus aliados, sem respeito às nações jovens.¹⁹

Mészáros demonstra com clareza neste fragmento a possibilidade de reivindicação de uma nova forma de nacionalismo, cujo enfoque básico esteja pautado na autonomia dos povos e nações, diferenciando-se radicalmente da atual forma de configuração do capital.

Porém, como menciona João Bernardo, é necessário um certo cuidado ao retratar aspirações nacionalistas e um período marcado pelo imperialismo americano.

(...) Aqueles setores da esquerda que, em nome do anti-imperialismo, defendem o capital nacional estão a laborar num triplo erro. Em primeiro lugar, confundem a luta contra a globalidade do sistema capitalista – que, apesar de tudo, deveria caracterizar a esquerda – com a hostilidade a uma das formas específicas do capitalismo, não dando aos

¹⁹ MÉSZÁROS, ISTVÁN. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002, p 231.

trabalhadores outro horizonte além das querelas das classes dominantes. Em segundo lugar, é impossível ocorrerem desenvolvimentos nacionais numa época de transnacionalização do capital. E, em terceiro lugar, já não existe nenhuma burguesia nacional que possa ser um aliado na oposição ao imperialismo, pois os pequenos e médios capitais nacionais estão hoje inteiramente submissos às transnacionais, às quais se associaram ou relativamente às quais funcionam numa situação, oficial ou meramente informal, de subcontratantes.²⁰

Contudo, mesmo comportando pontos de vistas diferenciados, o que deve ser esclarecido na opinião de G. Alves²¹, se refere ao fato da globalização constituir-se como resultado de um fenômeno sócio-histórico intrinsecamente contraditório e complexo, característico do capitalismo moderno. Na sua concepção, a globalização deve ser interpretada em três dimensões, sendo elas: 1. A globalização como ideologia; 2. A globalização como mundialização do capital; 3. A globalização como processo civilizatório humano-genérico. Sendo dimensões contraditórias entre si, pois a ideologia (e a política) da globalização tende a “ocultar” (e legitimar) a lógica desigual e excludente da mundialização do capital – e esta tende a impulsionar, em si, o processo civilizatório humano-genérico, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas humanas, que são limitadas (ou obstaculizadas) pelo próprio conteúdo da mundialização.²²

Em um mundo globalizado, veloz, espetacular, informatizado, dolarizado, onde suas *benesses* privilegiam uma pequena parcela da população, a mercadoria adquire contornos cada vez mais reificados, visíveis essencialmente no consumismo desenfreado. Desta forma, como exigência do mundo globalizado – que busca um fluxo rápido de

²⁰ BERNARDO, JOAO. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. Ed Boitempo, São Paulo, 2000.

²¹ *Ibidem*, nota 8.

informações e mercadorias – intensificam-se os métodos de produção que preconizam formas rápidas e eficazes de produzir mercadorias; o resultado disto é sentido de maneira degenerativa e excludente sobretudo na classe trabalhadora, ou seja, aquela que sobrevive exclusivamente da venda da sua força de trabalho.

A idéia da “adequação rápida e inevitável” é aceita e destilada por todo o planeta, sobrepondo territórios, nações, comunidades, alterando fábricas, métodos de produção, a geografia e a arquiteturas de cidades, e essencialmente remodelando a classe-que-vive-do-trabalho.

I.1 As mudanças no mundo trabalho.

O advento da globalização perpassa nações e territórios, alterando aspectos gerais e íntimos de toda a população do globo. Seus malefícios são sentidos de forma avassaladora sobretudo nas camadas mais pobres, sem acesso à educação informatizada, sem acesso a mecanismos de participação política eficientes, muitas vezes sem acesso às condições mínimas de sobrevivência.

E como resultante do capitalismo global, observamos o aumento do desemprego, também de forma generalizada, sendo motivo de preocupação até para os países ricos²³. O desemprego, como a globalização, também não distingue territórios e países, porém, é

²² ALVES, GIOVANNI. **Trabalho e Globalização** [SI]. Revista Eletrônica Autor, Ano IV, n 41, nov/2002. Disponível no site < <http://www.revistaautor.com.br/artigos> > .acesso em 19/11/2004, 16:10.

²³ Sobre a situação de desemprego vivenciada na França, sugerimos o livro FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

sentido com maior intensidade nas camadas desprovidas de oportunidades, ou seja, as que na estrutura hierarquizada das corporações é classificada como sem qualificação.

Embora a questão do desemprego seja por si só uma manifestação da possível crise no mundo do trabalho, é necessário fazer uma distinção sobre o trabalho ao qual nos referimos e sua suposta crise. Em relação a este aspecto, foi selecionando um fragmento de Ricardo Antunes, onde cita a distinção realizada por Agnes Heller.

A lembrança de A. Heller é sugestiva, quando afirma que o trabalho, tem que ser apreendido em seu duplo aspecto: como execução de um trabalho que é parte *da vida cotidiana* e como *atividade* de trabalho, como uma objetivação diretamente Genérica. Marx, diz a autora, serve-se de dois termos distintos para melhor caracterizar esta dimensão dupla do trabalho: Work e Labour. O primeiro (Work) realiza-se como expressão do trabalho concreto que cria valores socialmente úteis. O segundo (labour) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado (Heller, 1997:119-127). O trabalho entendido enquanto Work expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho *concreto*. Em contrapartida o *labour* exprime a realização da atividade estranhada, fetichizada²⁴.

A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise do trabalho *abstrato* seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho *concreto*.

De acordo com Antunes, a ausência desta distinção faz com que escritores consagrados, como André Gorz, cometam erros grotescos e perigosos a ponto de proclamarem que assistimos ao fim do trabalho²⁵. Assim, a crise atribuída ao trabalho, está pautada na ascensão da automação industrial – que conseqüentemente diminui os

²⁴ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. ensaio sobre as metamorfose do mundo do trabalho, São Paulo: Cortez, 1997, p37

postos de trabalho; na terceirização – síntese das perdas trabalhistas e na introdução de novas técnicas de produção industrial.

As modernas teses que preconizam o fim do trabalho pautam-se nas novas configurações que a classe trabalhadora adquire neste início de século, onde a mesma vem sendo sistematicamente substituída por uma mão-de-obra robotizada e, quando humana, muito especializada. Soma-se a ascensão do sindicato autônomo de empresa e os modelos de gestão da Qualidade Total.

Não é necessário um profundo conhecimento teórico para observar tais mudanças, porém seus reais fundamentos e objetivos precedem de análise mediata, cuja categoria trabalho seja interpretada como núcleo estruturante do intercâmbio social entre homens e natureza.

Praticamente por todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, em decorrência da necessidade de aumento da produção industrial, foram implantados processos de trabalho baseados na produção em massa de mercadorias. Esses processos podem ser traduzidos no binômio taylorismo e fordismo.

Seus elementos constitutivos básicos pautavam-se: na produção em massa, por meio das linhas de montagens e com produtos mais homogêneos; no controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro e a produção em série; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; na separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; na existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela

²⁵ GORZ, André. **Adeus ao Proletariado**, Rio de Janeiro: Forense, 1982.

constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.²⁶

As primeiras experiências destas “novas” formas de gestão da produção deram-se na Indústria Automobilística, onde grande parte da produção era realizada dentro da própria empresa, sendo o fornecimento externo de maneira secundária, realizada apenas na aquisição de autopeças. Fazia-se necessário também um controle extremo do ritmo de trabalho dos operários, com a intenção de reduzir os desperdícios, visando assim um aumento nas formas de exploração.

Baseava-se sobretudo no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, onde a ação do operário era reduzida a um conjunto repetitivo de atividades, cujo resultado era a produção de veículos. Este processo Antunes²⁷ denomina de desantropomorfização do trabalho, pois a partir deste momento o homem torna-se o apêndice da máquina, facilmente descartável e substituível. Neste período, o capital se apropria com maior intensidade do sobretrabalho, ou seja da mais-valia absoluta.²⁸

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoirfaire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva²⁹.

²⁶ Ibidem, nota 24, p 17.

²⁷ Antunes, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. Boi Tempo: São Paulo, 2003, p 37

²⁸ A mais valia absoluta pode ser expressa no aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade de trabalho, cujo o valor da força de trabalho não é repassada integralmente ao trabalhador. Para uma discussão introdutória, sugerimos SANDRONI, Paulo. **O que é mais-valia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

O processo de produção fordista expandiu-se praticamente por todos os principais países capitalistas, sendo introduzido posteriormente no setor de serviços e constituindo-se como a mais avançada forma de racionalização capitalista, perdurando por várias décadas do século XX e cujos sinais de esgotamento começaram a aparecer somente no final dos anos 60 e início dos anos 70.³⁰

No início da década de 70, a classe trabalhadora começava a demonstrar sinais da sua força organizativa, expressando um descontentamento com as degenerativas formas de intensificação do capital. Os trabalhadores passavam a exercer sua autonomia e as lutas por melhores condições de trabalho ocorriam no interior das fábricas, denunciando o ritmo do fordismo. Suas ações constituíram-se como um dos elementos causais da crise da produção capitalista nos anos 70.

Porém, como todo movimento social, a luta dos trabalhadores sofreu severos reflexos na sua organização – principalmente com o avanço tecnológico³¹ – e neste contexto, as forças do capital conseguiram reorganizarem-se e introduziram novos problemas e desafios para o mundo do trabalho, como define João Bernardo:

(...) Os trabalhadores tinham se mostrado capazes de controlar diretamente não só o movimento reivindicatório, mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo capazes também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartições estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas

²⁹ Ibidem, nota 24, p.37

³⁰ Idem, p38

³¹ Idem, p44.

as virtualidades da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores, e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão.³².

Assim, surgem novas formas de gestão empresarial, embasadas por um discurso que privilegia uma suposta autonomia do trabalhador, pois o mesmo, a partir deste momento, passa a ser interpretado não apenas como a força que operacionalizará a máquina, mas sim como um colaborador, que é capaz de adequar-se e principalmente preocupar-se com as necessidades que o mercado impõe. Ao conjunto de elementos que constituem nova fase de intensificação do capital, Antunes classifica de acumulação flexível, e está embasada principalmente no discurso da autonomia do trabalhador e na rápida produção de mercadorias – processo no qual o trabalhador-colaborador é fundamental.

Um dos principais aportes de sustentação da era toyotista³³ baseia-se no conceito da qualidade total e visa a produção de mercadorias dentro de um padrão de qualidade mundialmente difundido e reconhecido. Desta forma, determinado produto ao receber o selo da instituição reguladora, estará supostamente de acordo com os padrões internacionais³⁴, e a empresa que o produziu estará apta a participar do seletor mercado internacional

³² BERNARDO, João. **Reestruturação Capitalista e os desafios para os sindicatos**. Mimeo, Lisboa, 1996, p. 19-20 apud in . ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

³³ “O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que criou na fábrica Toyota), como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.(...). Ibidem, nota 24, p.54

³⁴ A ISO 9000 é uma das instituições reguladoras da qualidade. No Brasil, muitas indústrias obtiveram o certificado de qualidade a partir da década de 80, como exigência do mercado globalizado. Para obtenção do certificado, é necessário que a empresa siga a rigor o padrão de produção e qualidade dos produtos.

A “Qualidade Total”, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, constitui-se na verdade em uma grande falácia, pois quanto mais qualidade os produtos devem ter, menor deve ser o seu tempo de duração. Na era moderna, o capital tem a necessidade de diminuir o valor de uso das mercadorias, com o intuito de aumentar a velocidade do circuito produtivo.

Como o capital tem uma tendência expansionista intrínseca ao seu sistema produtivo, a ‘qualidade total’ deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção destrutiva. Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, o que leva a subverter deliberadamente sua qualidade³⁵.

Como exemplo, podemos observar a diminuição da durabilidade dos automóveis, eletrodomésticos e em especial dos computadores. A cada momento são lançados novos softwares, muitos incompatíveis com versões anteriores, determinando desta forma à aquisição de novos produtos. Na contemporaneidade, para a produção de mercadorias, o que interessa é a aparência, em contraste com o seu real valor de uso.

No chão de fábrica são adotadas novas técnicas de produção, pautadas na possibilidade do operário trabalhar com diversas máquinas, podendo substituir e ser substituído rapidamente. Surgem as “células de produção”, onde os trabalhadores são dotados de uma semi-autonomia, possuindo um relativo poder e importância no processo produtivo. Nelas, quando um operário não mantém a mesma produtividade dos demais

³⁵ Ibidem, nota 23, p 51

integrantes, os outros poderão excluí-lo (desempregá-lo), principalmente quando ganham de acordo com a produtividade da célula ou setor.

O termo polivalente é adotado para designar o novo perfil deste trabalhador, extremamente qualificado³⁶, capaz de operar várias máquinas ao mesmo tempo. Nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), o trabalhador é “convidado” a ser o principal responsável pela qualidade do produto. Neste quesito, o toyotismo diferencia-se radicalmente do fordismo, pois o trabalhador agora é o agente mais importante no processo de produção, capaz de discutir e opinar sobre o desempenho da empresa.

Ainda no que se refere ao processo de produção, é observável também a adoção do princípio do *just in time*, “bem a tempo”, que visa um melhor aproveitamento do tempo de produção. Os estoques, em relação ao fordismo, podem ser considerados mínimos, pois com a introdução do sistema de Kanban – utilização de placas ou senhas de comando para a reposição de peças de estoque –, as peças sobressalentes foram substancialmente eliminadas. No toyotismo produz-se apenas a quantidade necessária.

As empresas toyotistas, em geral, tem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da hierarquização fordista. Na empresa fordista, quase todo o processo de produção era realizado em seu interior, enquanto que na toyotista apenas 25% da produção é realizada dentro da empresa, sendo que o restante é repassado às empresas tercerizadas – que por sua vez também mantém em sua organização uma estrutura mais horizontalizada.³⁷

³⁶ Vilumbra-se na era toyotista, um discurso que prega a necessidade permanente da qualificação profissional.

³⁷ Além dos fatores acima mencionados, deve ser ressaltado que o emprego vitalício foi adotado nas primeiras empresas japonesas toyotistas, como afirma Antunes: “O toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a **exclusão** das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade. O “emprego

Também deve ser mencionado que o toyotismo ofereceu uma resposta à crise financeira japonesa do pós-guerra, pois teve e tem como ideal o aumento da produção sem o aumento do contingente de trabalhadores. Assim, a partir do momento em que o toyotismo espalha-se para as demais empresas japonesas, estas impulsionam o país, num curto espaço de tempo a elevados índices de acumulação do capital.

A expansão dos princípios toyotistas deu-se de maneira extremamente rápida e se alastrou praticamente para todas as principais indústrias dos países centrais e, posteriormente, para aqueles em “desenvolvimento”. Sua adaptação procurou respeitar as particularidades regionais que o capitalismo assumiu. Assim, empresas transnacionais que investiram muito em automação industrial nas suas filiais situadas nos países ricos, perceberam que o mesmo não seria tão rentável nas filias situadas nos países pobres, porém, a terceirização de determinado processo produtivo tornara-se mais interessante para aquela região.

O objetivo da adoção destas novas formas de gerenciamento pautam-se exclusivamente na intensificação do capital, que neste momento é capaz de controlar não apenas a força de trabalho, mas sobretudo a subjetividade do trabalhador. O capital instiga e induz o trabalhador a participar, colaborar, crescer junto com a empresa. Na era toyotista, acentua-se ainda mais o fosso entre os que os pensam e aqueles que executam, porém, desta vez mascarada pelo o discurso da cooperação, da parceria, da colaboração, caracterizando um novo tipo de estranhamento em relação ao trabalho. Agora o capital

vitalício”garante ao trabalhador japonês que trabalha nas fabricas inseridas nesse modelo a estabilidade do emprego, sendo que aos 55anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante, no complexo de atividades existentes na mesma empresa” Ibidem, nota 24, p.55

não se apropria somente da força de trabalho do operário, mas o induz a personificar a instituição.

Em decorrência dessas mudanças, observa-se também um redimensionamento da classe que sobrevive essencialmente da venda da força de trabalho. A intensidade e forma que tais mudanças afetam o operário varia de ramo para ramo, de setor para setor, etc. Em algumas áreas foi necessário uma rápida qualificação profissional, em outras, foi preciso uma desqualificação pois deixou-se de ter o funcionário especializado, que conhecia a fundo determinado procedimento de produção, para a entrada do polivalente e substituível trabalhador da era toyotista. O capital, em sua forma global e toyotizada, dá vida a novas profissões³⁸ e declara o fim de outras.

No que se refere à terceirização, é nítido o fato de que passamos por um processo de perda dos direitos adquiridos ao longo da história, por meio dos empregos parciais, precários, temporários, abundantes em prestadoras de serviços (tercerizadas, subcontratadas), que na maioria das vezes desrespeitam e não cumprem as obrigações trabalhistas. Conjuntamente com a flexibilização do mundo trabalho, há uma flexibilização das leis trabalhistas, cujo único prejudicado é o trabalhador. A legislação trabalhista também se apresenta obscurecida pelo discurso da “autonomia”, corporificada na relação “flexível” entre empregador e empregado.

A nova classe trabalhadora se apresenta cada vez mais complexa e heterogênea, não sendo formada apenas pelo gênero masculino. Atualmente as mulheres passaram a

³⁸ Atualmente pode-se observar uma gama de trabalhadores que se empenham no planejamento e controle da produção, tais como Engenheiros de produção, Auditores Internos da ISO 9000, bem como aqueles que se

ocupar mais postos de trabalho, não se limitando apenas aos tradicionais “trabalhos de mulher” e merece destaque a grande expansão no ramo da microeletrônica e principalmente no setor de serviços.³⁹ Porém, sua inserção não se deu de forma igualitária aos homens, pois ainda a grande maioria ocupa funções de tempo parcial ou considerado doméstico. Além disso, soma-se o fato de que a remuneração feminina – em sua maioria – não ser compatível com o mesmo trabalho realizado por um homem.

João Bernardo⁴⁰ também contribui com a análise do processo em curso, quando se refere ao fato de que vivenciamos uma intensificação do assalariamento familiar: “(...) se consideramos a família como unidade de trabalho, e portanto o salário como salário familiar, vemos que onde a subsistência era assegurada só pelo elemento masculino ela passou a ser assegurada por ambos”, configurando desta forma uma nova classe trabalhadora, onde o papel da mulher é cada vez mais ativo. É observável também o aumento significativo das famílias chefiadas por mulheres nas ultimas décadas.

Desta forma, é de extrema importância que ao foco de luta dos trabalhadores – expresso nas relações de classe – seja incorporada reivindicações por melhores oportunidades para o gênero feminino, como nos indica Antunes:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre *singularidades* que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da *materialidade* e da *subjetividade*, tanto da contradição entre *indivíduo e sua classe*, quanto àquela que advém da relação entre *classe e gênero* tornaram-se mais agudas na era contemporânea. A *classe-que-vive-do-trabalho* é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e

especializam na operação do mercado global, tais como: Administradores de empresa, Economistas, Relações Internacionais etc.

³⁹ Ibidem, nota 24, p. 45.

⁴⁰ Ibidem, nota 13, p.73

complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente aprender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do *gênero-para-si-mesmo* possibilite a emancipação da mulher⁴¹.

Referente ainda aos impactos que o toyotismo imprimiu no mundo do trabalho, é válido mencionar a extrema fragmentação da classe trabalhadora, que no atual estágio encontra-se debilitada e sem articulação. Esta ausência de organização pode ser observada principalmente no baixo número de trabalhadores que aderem ao sindicalismo. Muito desta desmobilização foi provocada pela ascensão dos sindicatos-empresas, ou seja, aqueles que são muito mais parceiros da empresa, do que realmente um representante legítimo da categoria.

A classe que vive do trabalho, em decorrência da sua nova configuração e heterogeneidade, poderia se dividida entre o centro e a periferia. No centro estariam os trabalhadores que ainda possuem fortes vínculos com a empresa. Na periferia dos trabalhadores, poderíamos dividi-la em dois subgrupos: o primeiro seria composto por empregados com habilidades facilmente disponíveis no mercado, tais como secretárias, trabalhadores manuais com pouco qualificação, e sua característica principal seria a alta rotatividade. No segundo grupo, estariam os trabalhadores com uma maior flexibilidade numérica, tais como empregados em tempo parcial, temporários, subcontratados, etc. Este segmento é certamente o menos remunerado e o que mais cresce nos últimos anos.⁴²

⁴¹ Ibidem nota 24, p 43.

⁴² Idem , p 54.

O capital não mede esforços para consagrar o reino da mercadoria – e para a manutenção e intensificação deste princípio, é capaz de subtrair até os mais íntimos sentimentos humanos em seu benefício, seja quando nos referimos à cultura popular⁴³, seja quando nos referimos à organização dos trabalhadores ou no fascínio que a mercadoria exerce no mundo. Por ela – a mercadoria – os homens morrem e matam. Repetindo a história, caracterizada pela exclusão sócio-econômica, vemos as camadas mais pobres, ou desqualificadas – que sempre estiverem à margem dos modelos econômicos – sendo cada vez mais espremida em hospitais públicos, nas filas por emprego, nas instituições carcerárias, nas sub-habitações das grandes cidades, etc.

Assim, devido às mudanças e reestruturações que o capitalismo vem sofrendo é válido ressaltar que da mesma forma com que o capitalismo expandiu o trabalho assalariado por todo o mundo, também provoca na contemporaneidade mais um desafio para os trabalhadores, que agora devem aprender a conviver constantemente com a ameaça do desemprego. Estima-se que praticamente um terço da população mundial esteja desempregada.⁴⁴

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego* estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta a subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora⁴⁵.

⁴³ A esse respeito ver CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴⁴ ANTUNES, Ricardo. **As dimensões da crise no mundo do trabalho**. Revista eletrônica Olho da História, n 4, pg 6, 2002. Disponível em <[http:// revistaolho//.com.br](http://revistaolho.com.br)>. acessado em 15/03/2004

Aos trabalhadores, ainda mais inseguros em decorrência da precarização do trabalho e da expansão do desemprego – são submetidos muitas vezes a deslocamentos constantes, seja no âmbito mundial – a imigração rumo aos países centrais é um exemplo; ou no âmbito nacional – a migração para as áreas com melhores condições de emprego, caracterizando assim, mais uma das estratégias de sobrevivência dos pobres. Estes trabalhadores – que chegam e/ou vão embora – contribuem de maneira significativa na economia nacional e/ou regional e, em geral, não são bem vistos pela população da região que se instalam. Porém, interferem e contribuem diretamente na dinâmica estrutural da cidade, remodelando a paisagem urbana e sincretizando a cultura⁴⁶.

Para aqueles trabalhadores que migram, resta-lhes apenas as sub-habitações, localizadas em bairros periféricos, muitas vezes sem condições mínimas de infraestrutura, ou as precárias favelas, que embora possam estar próximas ao centro da cidade, também são caracterizadas por péssimas condições de moradia e acessibilidade. Neste novo contexto de configuração do capital e conseqüentemente do espaço urbano, as pequenas aglomerações de sub-habitações (favelas ou cortiços) estão cada vez mais próximas do centro; já não é mais possível esconder os problemas urbanos em bairros longínquos, pois sua magnitude é tanta que se reflete em todo o espaço urbano, aterrorizando, amedrontando aqueles que possuem o direito “nato” e de propriedade sobre o solo.

⁴⁵ Ibidem nota 24, p 42.

⁴⁶ A grosso modo, poderíamos dizer que o sincretismo cultural é expresso na assimilação e junção de culturas diferentes. Um exemplo, seria os rituais de Umbanda, que misturam ritos pagãos - trazidos pelos negros africanos - com rituais cristãos católicos – trazidos pelos catequisadores. Na cidade, as diferentes culturas se mesclam, ao

É sobretudo, e essencialmente no espaço urbano, que se corporificam os dilemas da classe trabalhadora, bem como daqueles que nem são considerados trabalhadores, mas que a todo o momento *destoam* da paisagem urbana, pedindo nos semáforos, superlotando albergues e abrigos, explodindo nas rebeliões carcerárias, estabelecendo assim um forte contraste com o fascínio e o brilho que envolve a cidade.

Mas também é na cidade que podemos observar a emergência de novas e velhas formas de reivindicações por melhores condições de vida, seja referente às necessidades trabalhistas, por aquisição de equipamentos de consumo coletivo, ou na inclusão de gênero, na questão ecológica, etc. As cidades, embora acenem para uma nova configuração espacial, em decorrência das mudanças ocorridas no processo de intensificação do capital, mantém a estrutura excludente e segregada dos modelos anteriores, acentuando o abismo geográfico-social típico do urbano, porém, da mesma maneira que separa os ricos dos pobres, também possibilita o reencontro de diversos indivíduos em um mesmo local e com necessidades semelhantes. E deste reconhecimento, que tem como base o pertencimento ao mesmo lugar, poderá surgir organizações que reivindiquem o direito à cidade, tais como os movimentos de ocupação de prédios abandonados, o movimento de sem-teto (que no atual contexto adquire dimensões nacionais), o movimento da população em situação de rua, o movimento pela construção de creche, e etc, remodelando assim, a paisagem urbana.

Capítulo II: A cidade e seus contrastes.

Como dito anteriormente, o mundo neste início de século passa por diversas mudanças, facilmente identificáveis na nova forma de estruturação do capital. Este apresenta-se sobretudo de forma globalizada, sobrepondo nações e territórios. O impacto destas mudanças é sentido com intensidades diferenciadas, de acordo com a posição que o país ocupa na economia mundial.

Neste início de século, vislumbra-se a consagração da tecnologia, principalmente nos meios de comunicação, bem como um redimensionamento nas formas de produção, com a introdução da automação industrial e de novas técnicas de gerenciamento. Assim, o capitalismo global, ao mesmo tempo em que acena a possibilidade da formação de uma “aldeia global”, integrando diferentes pontos do planeta, exclui uma significativa parcela da população, seja referente à inacessibilidade dos pobres à educação de qualidade e informatizada ou na drástica diminuição dos postos de trabalho.

Estas mudanças, que se operam além das fronteiras nacionais, se corporificam no espaço urbano. Isto, partindo da interpretação de que a cidade e seus traços essenciais sempre estiveram relacionados dialeticamente com as mudanças estruturais da organização social⁴⁷, somada a contribuições de diferentes indivíduos e grupos⁴⁸. Em cada

⁴⁷ “Rotular de ‘capitalista’ o motivo produtor de espaço não significa necessariamente, como afirma alguns marxistas, que as relações capitalistas se refletem diretamente em formas urbanas. Ao contrário, é o desenvolvimento contínuo desse sistema que vem a ser materializado no espaço em qualquer tempo dado, de tal modo que padrões observáveis de organização sócio-espacial são formas fenomenais. Assim, os traços distintos da morfologia espacial estão dialeticamente relacionados com as mudanças estruturais na organização social. Um procede em interação com o outro, muito mais do que através de algum elo positivista entre causa e efeito espacial (...).GOTTDIENER, Mark. **A produção do Espaço Urbano**, São Paulo:USP, 1993. p.264.

etapa do “desenvolvimento” humano, encontramos diferentes tipos de cidade. A partir desta premissa, pode ser observada, no atual contexto de transnacionalização do capital, a formação das cidades globais, detentoras de características visíveis em outros pontos do mundo.

A cidade global que se torna realidade em fins do século XX é a que se produz como condição e resultado da globalização do capitalismo. Torna-se uma realidade propriamente global na época em que o capitalismo, visto como processo civilizatório, invade, conquista, assimila, desafia, recobre, convive, acomoda-se ou mesmo recria as mais diversas formas de vida e trabalho, em todos os cantos do mundo. Um processo histórico de amplas proporções que já se desenvolvia irregularmente com o mercantilismo, colonialismo e imperialismo (sempre atravessados pela acumulação originária) alcança intensidade e generalidade excepcionais no limiar do século XXI. Essa é a configuração histórica e geográfica em que emerge a cidade global, quando muitas cidades são recriadas nos horizontes da globalização.⁴⁹

Como afirma Ianni⁵⁰, as formações das cidades globais estão associadas à nova configuração que o capitalismo adquiriu a partir do término da segunda Guerra Mundial, e principalmente com a queda do bloco soviético. As mudanças que se operaram nas telecomunicações, no mundo do trabalho, nas novas necessidades aquisitivas do homem

⁴⁸ “Entretanto, como se sabe, a urbanização não foi um simples reflexo mecânico que expressasse ao nível espacial o crescimento econômico. Ela foi o resultado de um processo social, no qual intervieram diferentes atores sociais concretos. A cidade (ou metrópole) não pode ser vista simplesmente como um reflexo da estrutura econômica, pois ela foi formada – melhor seria dizer construída - como resultado da ação de diferentes atores históricos, cada qual marcando sua intervenção de acordo com os seus interesses próprios. Esses atores foram, fundamentalmente, as classes dominantes, as classes populares e o Estado. As primeiras trataram de se utilizar dos grandes centros urbanos como centros privilegiados de concentração de capital e de força de trabalho. As segundas intervieram como puderam para garantir as condições de reprodução no contexto urbano (fato de que o fenômeno da autoconstrução na periferia de nossas grandes metrópoles talvez seja a expressão mais visível). Finalmente, o Estado agiu para garantir as condições necessárias de coesão social no contexto desses interesses diferenciados, além de suprir as insuficiências da chamada iniciativa privada em alguns setores estratégicos”. MOISÉS, J.A.; MARTINEZ-ALIER, Verena. **A Revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”** in Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. MOISÉS, J. A., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁴⁹ IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 7 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 56.

⁵⁰ Idem, p 57.

moderno, também redesenharam os contornos, a arquitetura, a geografia, e o tecido urbano das cidades.

Assim, para a compreensão da cidade na contemporaneidade, é necessário um novo olhar para a mesma, que não se restrinja apenas a sua falta de planejamento urbano, mas cuja pretensão seja a de superar visões meramente estruturais, inscritas na dualidade centro-periferia. A nova cidade, espetacularizada, fetichizada, reificada, cria e recria espaços cada vez mais individualizados e individualizantes, modificando distâncias e relativizando o tempo⁵¹.

As cidades globais adquirem contornos particulares de acordo com as características regionais do país onde se encontram, porém podem manter traços de outras cidades localizadas em outros pontos do mundo, sejam em países ricos ou em “desenvolvimento”. Como exemplo, pode-se citar Tóquio, Londres, Paris, New York e, no Terceiro Mundo, Cidade do México, Cingapura, Tóquio, Hong Kong, São Paulo, não se restringido apenas às metrópoles, pois algumas características globais também são observáveis nas grandes e médias cidades.

A globalização não se refere apenas ao intenso fluxo de informações e mercadorias, mas sobretudo modifica idéias, atitudes, formas de agir e viver do homem que sobrevive na cidade.

⁵¹ “Espaço e tempo são cada vez mais, no contexto das transformações do processo produtivo, dominados pela troca. O desenvolvimento do capitalismo, no estágio atual, *tende* a reduzir as diferenças e homogeneizar a sociedade, reduzindo-a a um mesmo modelo. Aqui espaço e tempo entram numa ordem : o tempo associado ao ritmo do processo de trabalho, preso a um calendário rígido e o espaço dominado por fluxos de mercadorias, capitais, informações. Ao se reproduzirem destroem as referências urbanas e, como consequência, a memória social. CARLOS, A .F. **Os lugares no/ do mundo**. São Paulo:HUCITEC, 1998 .pg 65.

Na medida em que o capitalismo se desenvolve intensa e extensivamente, são muitas as cidades que se globalizam com ele, que o globalizam. Sim essa cidade entra decisivamente no processo de globalização das coisas, gentes e idéias⁵²

A cidade, globalizada e globalizante, guarda marcas de outros povos, diferentes culturas, distintos modos de vida em um mesmo lugar, uma mistura de padrões culturais, línguas, dialetos, etnias, raças, problemas e dilemas. Algumas traduzem o que existe de mais moderno no Primeiro Mundo, mesmo localizando-se no Terceiro Mundo. E também, há aquelas que mesmo estando no Primeiro Mundo, trazem as marcas do subdesenvolvimento, tais como: a expansão das indústrias de salários baixos; condições de trabalho do Terceiro Mundo (declínio ou não existência de padrões de trabalho e saúde, trabalho infantil, salário sub-mínimo); crescimento do setor informal; expansão das condições de vida do Terceiro Mundo (habitações superpovoadas, degradação das condições de saúde, educação inadequada); reduzida capacidade do estado para solucionar os problemas urbanos; formação de verdadeiros “guetos” populosos e cada vez mais fechados.⁵³

A grande cidade detentora de características globais, ainda mantém em sua estrutura uma gritante disparidade na distribuição da população pelo espaço urbano, refletindo também a escassez e/ou insuficiência dos recursos disponíveis para população pobre. Sobretudo, a cidade globalizada mantém e até mesmo agrava o abismo geográfico-urbano existente entre as classes sociais.

⁵² Ibidem, nota 2, p 56

⁵³ Idem, p.58-57

Uma das características marcantes da cidade global é a presença de imensos contrastes. Embora aparente concentração de poder e riqueza, ela não é o espaço de fartura e prosperidade. Ao contrário, há sempre novas manifestações de pobreza e formas cruéis de exclusão social. (...) ⁵⁴

Decifrar a complexa malha que envolve o tecido urbano ainda constitui-se como um desafio para as Ciências Humanas, principalmente quando nos referimos a esta nova configuração adquirida pela grande cidade. O mesmo pode ser dito em relação às profissões que atuam especificamente no espaço urbano, tais como os urbanistas, engenheiros de tráfego, arquitetos, etc. A temática configura-se de suma importância também para os profissionais que atuam diretamente com a população, principalmente para os setores envolvidos com planejamentos sociais. Compreender a dinâmica da cidade, suas relações com os vários espaços que se criam e recriam em seu corpo, sua forma excludente de divisão do território, o “circular” dos habitantes, faz-se necessário não apenas para os técnicos do planejamento urbano, mas sobretudo, para todos aqueles que defendem ou pleiteiam o “Direito à Cidade”. ⁵⁵

Ainda no que se refere ao planejamento urbano, é pertinente a menção de que o mesmo apresenta-se como uma suposta solução para os problemas das grandes cidades, constituindo-se como elemento central nas resoluções dos problemas urbanos. No entanto, é possível dizer que o espaço urbano sempre foi alvo de planejamentos, porém caracterizados pela exclusão sócio-espacial, que sempre previu a localização dos pobres em áreas periféricas, bem como a péssima distribuição dos recursos públicos. Embora

⁵⁴ VERAS, M.P.B. **Trocando olhares: uma introdução à sociologia da cidade**. São Paulo: Stúdio Nobel: Educ, 2000.

⁵⁵ LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

atualmente vigore uma forma diferenciada de planejar a cidade, prevendo inclusive espaços “bucólicos” dentro do urbano, como Bosques, Jardins, Parques Ecológicos, etc., quando observada a disposição espacial dessas *benesses* urbanas, constata-se o nítido descaso com população residente nas áreas periféricas e/ou pobres. Nos lugares afastados, que ainda não contam com toda a infra-estrutura, os espaços públicos de convívio coletivo são deixados em segundo plano.⁵⁶

A relação entre a cidade e a população pobre constitui-se há muito tempo como objeto de estudos. Embora a cidade exista como fenômeno desde a Antiguidade, assumindo características especiais no feudalismo, foi somente com o advento da sociedade industrial capitalista que as contradições de classe passaram a refletirem-se nas configurações espaciais⁵⁷. No século XIX, com a industrialização, a cidade redefine o lugar dos pobres operários, reservando-os obviamente, os cortiços e as sub-habitações. Neste período, era necessário que o trabalhador residisse o mais próximo possível das fábricas para que não houvesse perda de tempo no trajeto entre a moradia e o local de trabalho. No que se refere às condições de habitação, Engels ilustra claramente o cenário urbano da época.

E o que é verdade para Londres, o é também para Manchester, Birmigham, Leeds, é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em toda parte, bárbara indiferença, dureza egoísta, de um lado, miséria indestrutível, por outro, em toda parte guerra social, a casa de cada um em estado de sítio, em toda à parte pilhagem recíproca a coberto da lei e tudo

⁵⁶ A concepção adotada pelos técnicos do planejamento urbano pode ser observada em várias instâncias da cidade, muitas vezes obscurecida pela cotidianidade. Neste sentido Milton Santos, faz uma excelente referência aos mesmos “Na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem. Não foram esses mesmos que traçaram ou desenharam os famosos quartos de empregada lado a lado com os quartos muito mais amplos dos patrões? Tais fatos, relativos à `normalidade` da moradia dos pobres, são praticamente aceitos pela sociedade, isto é, por uma classe média não culta.”. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000, p.34.

⁵⁷ Ibidem nota 7, p 13-14.

com um cinismo e uma franqueza tais que nos assustamos com as conseqüências do nosso estado social (...), dado que o capital, a propriedade direta ou indireta das substâncias e dos meios de produção é a arma com que se luta nessa guerra social, é claro que o pobre suporta todas as desvantagens de tal situação(...)⁵⁸.

Estes bairros operários, não contavam com o mínimo de infraestrutura e os trabalhadores, além da intensa exploração imprimida pelo ritmo fordista, se viam expostos a inúmeras pestes e doenças que se proliferavam no espaço urbano em virtude da aglomeração populacional. Nesta época, a cidade passa a obter os contornos do capitalismo, definido os lugares destinados às indústrias, aos trabalhadores, aos proprietários, etc.

Todas as grandes cidades possuem um ou vários ‘bairros de má reputação’ – onde se encontra a classe operária. É certo que é freqüente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos; mas, em geral, designam-lhe um lugar à parte, onde, ao abrigo de olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior⁵⁹.

No século XX, tem-se a emergência de várias interpretações sobre a cidade capitalista. Na década de 20, especificamente na Escola de Chicago, também conhecida como Escola de Ecologia, tem início a primeira linha de pesquisa direcionada aos problemas das cidades americanas. Tendo como nomes expressivos R. Park e E. Burges, apresentava proposições acerca da densidade populacional, o tamanho dos aglomerados urbanos, os problemas sociais, pautando-se numa linha analítica positivista, que atribuía a configuração da cidade a processos similares a biologia.

⁵⁸ ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1995, p37.

⁵⁹ Idem p. 42

Como no darwinismo, os mais aptos ocupavam melhores posições sociais e espaciais e a cidade resultante desses processos revelaria a existência de zonas concêntricas, com funções e habitantes distintos: área central, intermediária, periférica.⁶⁰

Ao término da Segunda Guerra Mundial, a Escola de Chicago atualiza-se, e reitera o debate sobre a adaptação do homem na comunidade, em termos biogênicos, bem como o urbanismo passava a ser interpretado como um estilo de vida.⁶¹

Nas décadas de 60 e 70, a cidade recebe as contribuições teóricas do chamado “estruturalismo marxista”, tendo como principais teóricos M. Castells, J. Lojkin, e relacionavam a estrutura da cidade ao sistema de produção capitalista, cujas contradições manifestavam-se na segregação, no surgimento dos movimentos sociais urbanos, na estrutura das políticas habitacionais. Neste período houve uma homogeneização das explicações relacionadas aos problemas da cidade, tendo como único viés a formação da indústria e da periferia. Esta vertente de análise tornara-se insuficiente para abarcar a complexidade que o capital adquiriu neste início de milênio, pois atualmente as cidades se remodelam de acordo com a necessidade econômica local aliada as prioridades impostas pelo mercado.

A análise sobre a cidade recebeu importantes contribuições teóricas da filosofia, por meio de H. Lefébvre. Seus estudos versavam sobre o direito à cidade, à vida cotidiana, à revolução urbana. Suas formulações tornaram-se indispensáveis para qualquer análise que pretenda compreender a dinâmica, por muitas vezes perversa, que

⁶⁰ Ibidem nota 54, p 37.

⁶¹ Idem, p. 16.

envolve a cidade. Nos seus dizeres, a relação espacial da cidade, configura-se muito além da dualidade centro- periferia.

A Cidade atrai para si tudo que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas **diferentes** advêm uma das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. **O urbano, indiferente** a cada **diferença** que ele contém, é considerado freqüentemente como indiferença que se confunde com o da Natureza, com uma crueldade que lhe seria própria. Contudo, o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levados aos conflitos.⁶²

A geografia também contribuiu com a análise sobre a cidade, desenvolvendo a noção de espaço social. Milton Santos⁶³, para definir o objeto da geografia, alega ser indispensável a identificação do espaço como categoria fundamental, como ele se apresenta enquanto produto histórico, atendo-se primordialmente os fatos relativos á sua gênese, funcionamento e evolução. Para tanto, há a necessidade da junção de várias ciências, com o intuito de compreende-lo enquanto “ambiente construído”. Nesta perspectiva, também pode ser citada a imensa contribuição teórica de D. Harvey, no qual a obra estende-se do início dos anos 80 até os dias atuais.

O geógrafo Milton Santos, representou um marco na História dos estudos sobre o espaço urbano, principalmente quando reivindicou um novo perfil para o geógrafo, que deverá estar muito mais atento às questões da urbanização desigual, desmistificando os reais significados da exclusão sócio-espacial, bem como a suposta racionalidade e coerência do planejamento urbanístico. Santos, ao estudar as várias vertentes do

⁶² Ibidem, nota 6, p. 79.

crescimento urbano brasileiro, relata-nos com precisão a delimitação dos espaços na formação da cidade.

Entre torres envidraçadas e gestos tensos dos homens de terno e pasta de executivo, meninas pulando corda e jogando amarelinha estariam totalmente deslocadas, assim como não há travesti que faça michê na porta do Citibank às três horas da tarde. Não se vê vitrinas de mármore, aço escovado e néon na periferia, nem lama ou falta de água no Leblon (Rio de Janeiro), Savassi (Belo horizonte) ou Boa Viagem (Recife). É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores.⁶⁴

Esta aparente segregação urbana adquire contornos mais graves na cidade global, onde suas cisões refletem-se nos fortes sistemas de segurança, que a todo o momento vigiam o “circular” dos habitantes. Além dos muros existem as câmeras, os cômodos blindados, a segurança armada, o medo, enfim, o pavor de residir em um espaço que não é, ou pelo menos não foi feito para todos, mas que no entanto a todos fascina com o seu brilho, com seu luxo, com suas possibilidades e com o seu descaso. E nesta estranha relação, fascínio-exclusão, a mercadoria se consagra como o diferenciador fundamental entre os habitantes, definido o lugar dos que podem e os que não podem consumir.

Neste sentido, a cidade moderna pode ser interpretada como o local propício para a constituição de uma identidade social abstrata, determinada pela sociedade de consumo, onde os relacionamentos são pautados essencialmente pela mercadoria. Para sua glorificação (da mercadoria) a cidade delimita alguns espaços, como é o caso dos Shoppings Centers, constituídos por imensas áreas privadas normatizadas e assépticas, que determinam comportamentos, sempre aliados à fama e o prestígio de se freqüentar

⁶³ SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

⁶⁴ SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. São Paulo: Vozes, 1980, p.41.

determinado “espaço”. É comum a valorização rápida dos bairros que se situam ao redor dos grandes Shoppings, beneficiando-se da fama do lugar⁶⁵

Neste *apartheid* social, a violência urbana se consagra como mais um desafio a ser solucionado pelo poder público, no qual o velho e arcaico método de resolução dos conflitos – pautados na exclusão sócio-espacial dos pobres – demonstra-se insuficiente para amenizar a questão. A violência urbana atualmente não se restringe apenas às áreas afastadas e perigosas, mas generalizara-se por toda a cidade. Os núcleos sub-habitacionais (ocupações irregulares, favelas, cortiços) estão cada vez mais próximos dos centros ou de áreas comerciais, ocasionando assim um inevitável “estranhamento” entre a população que consome e aqueles que não podem.

A globalização e seus vários desdobramentos interferem em todos os espaços de sociabilidade, refletindo-se indubitavelmente na configuração espacial, redefinindo e estabelecendo padrões, modificando comportamentos, direcionando mentalidades de uma população estritamente urbana, sobretudo segregada, que por meio do discurso do novo, do moderno, do pós-moderno, do globalizado, mantém e essencialmente agrava os problemas relativos ao urbano. Nesta nova cidade, marcada pela consagração da mercadoria, as pessoas se identificam por aquilo que possuem, e contentam-se com a falsa ilusão do isolamento das áreas privadas, onde o convívio tornara-se impensável para além das janelas e da tela computador.

A nova configuração da cidade globalizada guarda traços essenciais de suas formações anteriores e tem contornos específicos de acordo com o processo sócio-

⁶⁵ PIETROCOLA, Luci .**O que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo**. São Paulo: Brasiliense,

histórico do qual fez parte. Assim, as grandes cidades localizadas nos países pobres mantêm características próximas, até mesmo parecidas entre si, marcadas pela ausência do estado na formulação de políticas e uma enorme disparidade social. Neste quesito, as metrópoles São Paulo e Cidade do México são bem parecidas, pois ambas constituem-se como importantes pólos econômicos e a maioria de sua população encontra-se alijada dos benefícios da globalização.

Mas, também é nesta cidade – globalizada do Terceiro Mundo – onde a contradição urbana se agrava a cada dia, que pode ser observada inúmeras manifestações que reivindicam uma nova estrutura urbana, cujo norte, em sua maioria, pauta-se numa melhor distribuição dos equipamentos de consumo coletivo e essencialmente no direito à moradia. Neste quesito, a América Latina, detentora das mais graves contradições urbanas, mostra-se extremamente ativa, com vários movimentos sociais que reivindicam não apenas o direito à cidade, mas também a possibilidade de residir com dignidade no campo⁶⁶.

Nesta contradição, que fascina e ao mesmo tempo exclui, os movimentos sociais organizados interferem diretamente nas formulações políticas, denunciando as péssimas condições da população pobre, urbana ou camponesa, e principalmente, constituem-se como pólos de reivindicações por melhores condições de vida. Suas especificidades dão-se de acordo com sua intencionalidade e seu espaço de atuação, e conhecê-los torna-se de

1983.

⁶⁶ São inúmeras as ocorrências de Movimentos Sociais na América Latina, merecendo destaque o Movimento Zapatista no México, os Piqueteiros na Argentina, O MST (Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra) no Brasil, O Movimento Nacional do Sem- Teto no Brasil. Para um balanço detalhado, ver TISCHLER, Sérgio. A

extrema importância, pois revelam a excludente forma de organização do capital, que imprime a ausência de possibilidades para a população pobre, seja no campo, no chão de fábrica, na precariedade das moradias, na inacessibilidade dos equipamentos de consumo coletivo, etc.. Sua emergência está estritamente ligada com o processo excluso da urbanização desigual, bem como as ineficazes respostas dadas pelo Estado.⁶⁷

Neste sentido, a história da urbanização brasileira é extremamente interessante, pois sempre esteve associada à idéia do crescimento econômico com incentivos ao abandono do campo. Também, por deter praticamente em todas as cidades grandes, e algumas cidades médias, movimentos sociais urbanos que contestam, resguardando suas especificidades, a política econômica e principalmente a falta de condições mínimas de sobrevivência a uma parcela significativa da população, marginalizada desde os primeiros ímpetos de civilização no Brasil.

II.1 As cidades brasileiras

A urbanização brasileira há muito tempo constitui-se como interessante objeto de análise, tendo sido alvo de estudos da Geografia, da História, da Sociologia, da Arquitetura, enfim, de inúmeras ciências que tentaram e ainda tentam compreender a complexidade do tecido urbano. O problema, por alguns denominado fenômeno, recebe distintas abordagens e interpretações, e guardadas suas especificidades, compreendem a

forma classe e os movimentos sociais na América Latina. in LEHER.R; SETÚBAL, M. Pensamento Crítico e Movimentos Sociais, São Paulo: Cortez, 2005.

⁶⁷ Ou no dizer de Castells, sua meta societal. Ver citação corretamente.

grosso modo que não há praticamente qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente num problema urbano⁶⁸. Pode-se começar com os problemas relativos à poluição, que ocasionam inúmeras doenças e enchentes; a insuficiência dos transportes coletivos, inevitavelmente intensificado pelo seu oposto, o automóvel particular; o aumento exponencial da insegurança do morador urbano; o aumento da criminalidade sobre as mais variadas formas; a falta de moradia digna para a população pobre; enfim, o tecido urbano é permeado por inúmeros pequenos pedaços, que, quando analisados de perto, para além da sua imediatez, demonstram a essência totalizadora e excludente da qual nutre-se o espaço urbano no Brasil⁶⁹.

O sociólogo Francisco Oliveira argumenta que o urbano no Brasil foi historicamente fundado numa contradição singular: enquanto o *locus* da produção era rural, agrário, o *locus* do controle sempre foi urbano, fato este decorrente do movimento de acumulação primitiva do capitalismo do século XVI, que previa uma produção direcionada para a metrópole. Desta forma, as cidades constituíam-se como locais privilegiados para a comercialização de alimentos e matérias primas.

A sede dessa produção era, *naturalmente*, o campo; mas, a sede do controle era urbano, exatamente por que não se tratava de uma economia que estava transitando desde a divisão social do trabalho fundada na agricultura para outros setores, mas de uma economia fundada para cumprir um papel específico na acumulação internacional *a partir de controles metropolitanos*: não apenas porque a exportação necessitasse de serviços urbanos, mas por que a produção foi fundada para a exportação, a cidade nasce no Brasil antes mesmo do campo (...) O caráter medíocre da urbanização no Brasil não refletia, pois, o predomínio do campo sobre a cidade, mas o travejamento estrutural da

⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco. **Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização**: A nova qualidade do conflito de classes. In Contradições urbanas e movimentos sociais. MOISES, J.A.; . 2ª ed, editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

⁶⁹ “Mas há razão nesta loucura; o problema do urbano não é essa fenomenologia em que se compraz a tecnocracia buscando solucionar o irremediável exatamente porque só vê a aparência; por baixo, á maneira dos rios subterrâneos, corre uma articulação global, que confere unidade ao todo e por isso e não por outra razão a imagem é a mesma nos mil pedaços”. Idem, pg 68.

produção, quase sempre monocultora e fundada no trabalho compulsório, escravo, destituindo a cidade como *mercado* tanto das mercadorias quanto da força de trabalho⁷⁰

No século XIX e início do século XX, a relação campo produtor e cidade improdutiva irá se intensificar ainda mais, porém neste momento são os donos do café que acentuam a divisão do trabalho e a cisão entre campo e cidade. Pode-se até argumentar que a dicotomia rural/urbano não sofreu alteração, porém, a partir deste momento existe uma campanha no sentido de valorizar o capital nacional e surge, nos dizeres de Oliveira, uma quase burguesia agrária, ou oligarquias reacionárias que tinham como aliadas outras oligarquias do mesmo tipo por todo o território nacional, tais como o coronel do Nordeste, o estancieiro do Sul, o caçador de índios do Centro-Oeste, o explorador mercantil extrativista do Norte, o fazendeiro arcaico de Minas.

Segundo Oliveira, os problemas urbanos brasileiros são decorrentes deste período, pois a utilização do excedente econômico auferido com o ciclo do café foi utilizado somente para custear sua produção, enquanto na cidade os problemas urbanos se secularizavam. Essas fissuras, expressas na escassez de investimentos públicos, são sentidas até os dias atuais. Neste período, o Estado brasileiro constituía-se como uma mera projeção destas oligarquias, e como as mesmas eram rurais, agrárias, não tiveram interesse na estruturação da cidade.

Ao final da década de 1920, o café sofre o grande colapso com a crise de 29, e as poucas indústrias se fortalecem, consequentemente dominando a cena política e os poucos investimentos em infra-estrutura urbana. Nascia a indústria nacional ao mesmo tempo em

⁷⁰ Idem, p. 69

que observava-se uma intensificação dos problemas urbanos. Por meio de políticas populistas, ocorreu um incentivo a migração campo-cidade, com o intuito de absorvê-los enquanto mão-de-obra, e conseqüente, acentuar a extração da mais-valia.

Neste período, via-se também um grande incentivo à imigração de trabalhadores europeus – que teoricamente já estavam acostumados com o ritmo fordista – , formando-se nas grandes cidades brasileiras os primeiros “guetos”, caracterizados por manterem traços essenciais da cultura dos seus países de origem. Assim, surgem os primeiros bairros de emigrantes, tais como: Liberdade, Bexiga, Mooca, Brás, etc..

De acordo com Maricato, foi na década de 1930 que o processo de urbanização/industrialização consolidou-se e aprofundou-se, porém sem romper com as relações arcaicas de mando, baseadas na propriedade fundiária. Houve um gigantesco movimento migratório responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas em apenas 60 anos. Em 1940⁷¹, cerca de 18,8% da população brasileira era urbana. Em 2000 essa proporção é de 82%, aproximadamente, podendo-se classificar o Brasil nos dias de hoje como um dos países mais urbanizados do planeta, sendo que perto de 30% dessa população sobrevive em apenas nove metrópolis.

Em 1940 as cidades representavam a possibilidade concreta de superação do Brasil arcaico rumo a modernização. Porém, o sonho do desenvolvimento econômico não considerou a situação dos migrantes do campo, imbuídos pelo discurso do emprego

⁷¹ “Em 1940 as cidades pareciam ser a promessa da superação do Brasil arcaico rumo à modernização e emancipação política e econômica. A qualidade de vida em São Paulo, por exemplo, foi observada por vários visitantes, dentre os quais o antropólogo Claude Lévi Strauss em seu livro Saudades de São Paulo. O Eldorado era mais do que uma promessa para aqueles que vinham em busca de uma vida melhor. Era realidade, como bem reflete Valter Rogério em

estável, bem remunerado e com várias garantias trabalhistas, se viam desolados e deslocados da cidade. Daí começaram a surgir as imensas periferias, contracenando com o luxo e a prosperidade difundidos sobre a cidade.

As sub-habitações alastraram-se rapidamente e constituíram-se como única opção para a população pobre e migrante. Na década de 1950, 75% da população não possuía eletricidade e 45%, instalações sanitárias.

Mesmo com a adoção de políticas públicas que acenavam a uma interiorização da indústria nacional, e conseqüentemente dos seus centros de controle – a construção de Brasília é um exemplo claro – não foi possível sequer amenizar a situação, pois a industrialização brasileira, financiada com subsídios estrangeiros, foi realizada por blocos, levando-se em conta a disponibilidade de matérias primas e facilidade de escoamento da produção. Assim, surge no Brasil as grandes áreas industriais, em sua maioria localizadas na região sudeste, sendo destaque o grande ABC Paulista, Cubatão, Guarulhos, caracterizadas pela alta produção industrial. Atrelada a este surto de industrialização também estavam a poluição e os vários problemas decorrentes da aglomeração urbana⁷². Assim, surge a rápida urbanização no Brasil, concentrada nas grandes cidades das regiões Sul e Sudeste, margeadas por imensas periferias, omissas em seus planejamentos urbanísticos e pontuadas pela segregação sócio-espacial.

seu filme a Marvada Carne. MARICATTO, E. **Brasil, Cidades: Alternativas para uma crise urbana**. São Paulo: USP, 1998.

⁷² O autor José Álvaro Moisés faz referências aos quebras-quebras da população contra os transportes públicos que ocorrem desde a década de 20. Para uma análise mais detalhada, ver MOISÉS, J.A.; MARTINEZ-ALIER, V; **A Revolta dos Suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”**.

De acordo com Maricatto⁷³, aproximadamente 50% da população das metrópoles de Rio de Janeiro e São Paulo reside nas favelas ou nos loteamentos ilegais da periferia, porém, estes problemas não se restringem somente às áreas metropolitanas, pois o censo do IBGE de 1991 verificou uma tendência confirmada em 2000, de que as cidades médias (entre 100.000 e 500.000 habitantes) crescem a taxas mais altas do que as regiões metropolitanas (4,8% contra 1,3%), assim, os problemas começam a aparecer em cidades de porte médio que ainda apresentam uma melhor qualidade de vida, tais como: Aracajú, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, dentre tantas outras. Favelas, crianças abandonadas, moradores de rua, congestionamento de veículos, mortes no trânsito, poluição da água e, em especial a chamada violência urbana são alguns dos indicadores que constituem amostra da tendência que é geral.

Na década de 1990, consolidou-se uma nova tendência de urbanização no Brasil, que pode ser caracterizada como uma nova desmetropolização. Ou seja, uma reversão do crescimento das grandes metrópoles, em favor de cidades médias, onde o custos de produção são menores e as condições de vida da população tendem a serem mais satisfatórias. Indústrias e empresas ligadas ao setor de serviços realizam cada vez mais investimentos em cidades médias do Centro-Sul.⁷⁴

⁷³ MARICATO, E. **Dimensões da tragédia urbana** [S.I.] disponível em

<<http://www.comciencia.br/reportagens/cidaes.com.br>> acesso em 11/07/2005, 18:30.

⁷⁴ “Há um desaceleramento no crescimento das metrópoles, mas ele se verifica especialmente no município central. Há casos, como no Rio de Janeiro, onde o município central chegou a perder população nos últimos anos. Mas essa não é a realidade dos municípios periféricos das regiões metropolitanas. As periferias crescem mais do que os núcleos e em algumas metrópoles esse crescimento é explosivo como acontece em Belém (157,9%), Curitiba (28,2%), Belo Horizonte (20,9%), Salvador (18,1%) e São Paulo (16,3%), de acordo com pesquisa do IPEA para o período 1991/1996. Ou seja, as tendências futuras não são alvissareiras”. Idem, p.4

É válido ressaltar, que o rápido crescimento das cidades brasileiras, se deu em grande parte, sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo, sem financiamento público, sem recursos técnicos, tendo a população pobre de se instalar como pode, com seus poucos recursos, e contando, na maioria das vezes, somente com a solidariedade de pessoas próximas.

Inevitavelmente (por omissão do estado), atrelado aos problemas da moradia, está também o da poluição. Nas grandes e médias cidades os rios, riachos, lagos e praias tornaram-se canais ou destino dos esgotos domésticos. O esgotamento sanitário atinge 54% dos domicílios em todo o Brasil, mas apenas 10% do esgoto coletado é tratado. O restante permanece na rede hídrica. Quanto ao lixo, 29% do montante coletado é tratado. Isso fica evidente na paisagem de qualquer estrada que deixa as metrópoles ou grandes cidades, as quais são acompanhadas durante quilômetros pelo lixo não recolhido⁷⁵.

É certo que a urbanização brasileira realizada de maneira rápida contou com um intenso fluxo migratório para as regiões onde supostamente existia uma relativa abundância de empregos. Fluxo este que permanece até os dias de hoje, constituindo-se como mais um problema a ser enfrentado pelo poder público. Aos migrantes, que se deslocam por melhores condições de vida, resta a decepção com a suposta empregabilidade auferida pela cidade, somada ao preconceito dos munícipes em relação aos novos habitantes.

Cada vez mais no Brasil as pessoas mudam de lugar ao longo da existência; o número dos que vivem fora do lugar onde nasceram aumenta de ano para ano, de um recenseamento ao outro. Condenar os indivíduos à imobilidade seria igualmente injusto.

⁷⁵ Ibidem, nota 73.

Mas as migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua casa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São freqüentemente também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais.⁷⁶

Os fluxos migratórios tendem sempre para as áreas com maiores possibilidades de emprego, e conseqüentemente de melhores condições de vida, daí os inchaços nas regiões mais industrializadas. Como bem argumentou Santos, os fluxos migratórios são resultados da perversa dinâmica do capitalismo, cujos investimentos financeiros desconhecem gastos sociais e desprezam o potencial de áreas mais afastadas, mantendo a secular sina das regiões do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, marcadas pela falta de investimentos massivos em infra-estruturas e em políticas sociais. Neste violento processo de exclusão, os pobres migrantes tiveram que recorrer as “autoconstruções”, ao mesmo tempo em que surgia o maior parque industrial da América Latina, com vista para um desenvolvimento econômico desigual, que jamais previu uma divisão justa dos bens de consumo coletivo.

Embora a cidade, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, guarde essencialmente e até mesmo aprofunde a segregação sócio espacial, ainda constitui-se o espaço propício para a manifestação de movimentos reivindicatórios, geralmente composto por pessoas que se encontram alijadas da infra-estrutura urbana, tais como os migrantes.

Conhecê-los torna-se de suma importância para a compreensão da dinâmica da cidade, pois as relações estabelecidas entre estes movimentos organizados, o poder público local e a comunidade interferem diretamente nas formulações das políticas

⁷⁶ SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 5ed. Editora Nobel, São Paulo, 2000.p.44

públicas, exigindo prioridades, igualdade na distribuição dos equipamentos de consumo coletivo pelo território e essencialmente o direito a moradia digna.

Quanto aos movimentos sociais urbanos, conforme retratado anteriormente, o processo de urbanização no Brasil aconteceu de forma rápida e extremamente violenta, tendo como base um projeto de desenvolvimento que não previu a inserção da população pobre e migrante.

Embora a cidade detenha todos os problemas relativos à vida moderna (poluição, violência nas suas variadas formas, etc.), ainda pode ser considerada como o espaço propício para o encontro de pessoas que enfrentam os mesmos problemas, onde a população pobre pode desenvolver ações reivindicatórias. Na maioria das vezes surgem a partir das necessidades comuns, tais como a ausência de creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico, moradia. Desta forma, ao mesmo tempo que a cidade se constituía como o espaço da “prosperidade”, também possibilitava o encontro de pessoas de diferentes lugares, de culturas diferentes, de hábitos diferentes, porém, com problemas iguais, ou seja, a falta de condições dignas para a sobrevivência. Como afirma Kowarick⁷⁷, durante o período populista, essencialmente nas décadas de 50 e início de 60, as grandes cidades brasileiras tinham como política “habitacional” o que ele denominou de “laissez-faire urbano”, que permitia que a imensa leva de migrantes que fugiam de uma miséria ainda pior se estabelecesse onde quer que conseguisse, normalmente em casas construídas por eles mesmos, em lotes periféricos, distantes, adquiridos sem escritura. Tais áreas não eram servidas por eletricidade, água encanada, sistemas de

esgoto ou pavimentação, serviço médico e hospitalar, policial ou escolas públicas. Embora aparentemente não fosse planejado, esse padrão de uso do solo era resultado de uma estratégia deliberada das autoridades em permitir um desenvolvimento desordenado. A idéia era aliviar uma explosiva crise de escassez de moradias, beneficiar proprietários de terras e loteadores e utilizar a retórica como substituto para gastos públicos.

Neste contexto de abandono e omissão por parte do Estado surgiram os primeiros movimentos sociais organizados, que reivindicavam equipamentos de consumo coletivo e o direito à moradia digna. Na década de 1960, em decorrência do agravamento das condições de moradia da população pobre e da ação de movimentos sociais organizados, tiveram início os primeiros programas destinados exclusivamente à habitação, com a construção do BNH (Banco Nacional de Habitação). O objetivo era estimular investimentos no setor habitacional, gerar novos empregos e, ainda disciplinar, fiscalizar e coordenar a aplicação dos recursos financeiros.

Na opinião de Wanderley⁷⁸, esta primeira fase de planificação do BNH teve sua execução fundada em critérios empresariais e de mercado, tidos como necessários para a recuperação econômica e apesar dos objetivos proclamados, tornou secundária a habitação para os setores populares. Nos anos 70, tentou-se mudar a orientação anterior, com a criação pelo BNH do PLANHAP- Plano Nacional de Habitação Popular, buscando atender às populações de baixa renda e, principalmente, mudar a imagem deixada nos anos anteriores. Em 1979, com a criação do CNDU- Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com atribuições ampliadas, em substituição ao CNPU, e com

⁷⁷ KOWARICK, As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.28

tentativas de passar de um planejamento de cunho nitidamente tecnocrático para um planejamento com tons participativos. Embora a política habitacional no Brasil tenha sofrido alterações nas últimas décadas, manteve sua essência discriminatória, onde a população excluída dos benefícios da urbanização jamais foi colocada como prioridade. As poucas casas construídas pelos governos foram insuficientes para suprir a demanda habitacional.

Neste sentido, os movimentos sociais exerceram grande pressão na formulação das políticas destinadas à habitação, na medida em que sua organização passava a ganhar mais visibilidade em vários setores. Aliás, é necessário esclarecer, como afirma Gohn (qualificação), que nem todas as manifestações que ganham corpo no espaço urbano, podem ser consideradas Movimentos Sociais Urbanos. Estes diferenciam-se dos demais (o movimento ecológico, o movimento feminista, o movimento dos homossexuais, etc) por ser estritamente ligado a problemática urbana. Portanto, são movimentos sociais urbanos aqueles que dizem respeito ao uso do solo, a habitação, aos equipamentos de consumo coletivo.

Aparecem como objeto de investigação por alguns analistas das ciências sociais na década de 1970, onde as análises pautavam-se em dois pressupostos: Um de ordem estrutural – o agravamento da falta de condições de infra-estrutura urbana e o rebaixamento salarial, portanto, o aumento da exploração econômica e da espoliação urbana. O segundo motivo era de ordem conjuntural – o regime político-militar e a

⁷⁸ WANDERLEY, L. N.. **As políticas urbanas e a luta pela habitação**. São Paulo: Cortez, 1992.

ausência ou repressão de espaços já tradicionais de participação popular, tais como partidos e sindicatos.⁷⁹

Neste período, os movimentos sociais eram vistos como a mola propulsora da revolução urbana. Num tempo que trazia as marcas da violência política, do arbítrio, da censura, do controle sobre sindicatos, instituições e associações de classes, esses movimentos apareciam como agentes de uma transformação tida como necessária.⁸⁰

No decorrer dos anos 80, os movimentos sociais passaram, nos dizeres de Ghon, no plano de atuação concreta e no plano das análises que lhes são feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e depois, para a descrença. Vários fatores contribuíram para estas mudanças, destacando-se as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam da implementação, gestão e avaliação das mesmas políticas, o consenso, a generalização e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social.

Nos anos 90, vislumbrou-se a ascensão das Organizações Não Governamentais, principalmente na área de defesa dos direitos da crianças/adolescentes e das mulheres.

Atualmente percebe-se que os movimentos sociais urbanos não são tão novos, pois remontam as décadas de 1940-1950, e também não constituem-se como o único agente capaz de impulsionar uma revolução urbana. Porém, podem ser visto como pequenos e importantíssimos espaços para o exercício da cidadania, onde, por meio do reconhecimento das necessidades comuns, podem surgir grupos organizados que

⁷⁹ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 42.

reivindicarão melhores condições de vida no espaço urbano. Atualmente os movimentos sociais urbanos articulam-se em nível nacional, e são capazes de promoverem ocupações em vários pontos do país ao mesmo tempo.⁸⁰

⁸⁰ KOWARICK, op. Cit, p. 217.

IV. Capítulo III: O Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto - MUST

III. I Ribeirão Preto e seus contrastes.

No atual contexto, as cidades do interior do Estado de São Paulo tornaram-se espaços privilegiados para a instalação de empresas, por concederem incentivos fiscais e, em segundo plano, por ainda oferecem uma melhor qualidade de vida. Na busca desenfreada do capital privado em diminuir os gastos de produção, as cidades interioranas constituíram-se como espaço interessante de investimento, pois além dos benefícios fiscais, ainda dispõe de uma relativa abundância de mão-de-obra qualificada.

Da mesma forma como ocorrera com a metrópole no seu conturbado e violento processo de urbanização, a cidade grande⁸¹ também passa a sofrer com os custos de uma rápida urbanização, visível no aumento das sub-habitações.

Nesse sentido, o município de Ribeirão Preto, localizado na região nordeste do interior do Estado de São Paulo, vem se constituindo como importante pólo financeiro e consequentemente, traz em seu corpo quase todos os problemas relativos à urbanização, ou seja, vislumbra um crescimento desordenado da sua área urbana, com um grave alastramento das áreas pobres e periféricas. E também, é capaz de exercer todo o fascínio antigamente auferido apenas às metrópoles com seu brilho, com suas luzes, com seu encanto, com suas possibilidades, com as vantagens de ser o centro do comércio regional.

⁸¹ De acordo com a classificação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), baseado em dados do IBGE, classifica as cidades como grandes aquelas que possuem uma população entre 100.001 e 900.000 habitantes. As

Localizada a 313 Km da capital do estado de São Paulo, com uma população urbana de 502.760 e rural de 2.163, segundo dados do IBGE referente ao ano 2000, Ribeirão Preto constitui-se como um dos mais importantes centros econômicos do interior paulista, sendo circundada por cerca de 82 municípios com uma população em torno de 2 milhões de pessoas. Graças ao grande fluxo financeiro que se opera na cidade, observa-se que nos últimos anos ocorreu um certo incentivo dos grandes proprietários rurais e comerciantes locais em difundi-la como a capital do “agronegócio”. Porém, sua história nem sempre foi pautada no comércio globalizado do *agrobussines*. Num primeiro momento, o que conferiu fama à cidade foi o café, cujos grandes fazendeiros, também denominados “barões do café”, exerceram enorme influência na política local, ditando prioridades, estabelecendo regras, enfim, imprimido seus gostos na paisagem urbana.

O café inclusive foi o responsável pelo primeiro “surto” migratório para Ribeirão Preto. Em 1886, a cidade tinha 10.420 habitantes, número que cresceu para 59.195 catorze anos depois em decorrência da necessidade de mão-de-obra para as lavouras de café. As primeiras plantações de café na região tiveram início por volta de 1830 e apenas seis anos depois já representava 0,14% da produção do Estado. Já em 1854, esse percentual cresceu para 2,31 %.⁸²

Na virada do século, o município já era responsável por 21,8% da produção do Estado, e neste período surge como destaque da produção nacional do café, a Companhia

metrópoles possuem uma população superior à 900.000. FIGUEIREDO, K.A. **Sistema Único da Assistência Social**. Secretária Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005.

⁸² Jornal Folha de São Paulo, Caderno Especial Ribeirão- 148 anos, 19/06/04. Reporter Marcelo Toledo.

da Alta Mogiana⁸³, que reunia os grandes produtores da região. Muitos dos marcos que a cidade de Ribeirão Preto possui atualmente estão relacionados com a influência dos barões do café, como por exemplo, a construção do teatro Carlos Gomes (o primeiro da cidade), a construção da Santa Casa de Misericórdia, a vinda da Faculdade de Medicina e do Hospital das Clínicas, sendo inclusive a primeira do interior do Estado de São Paulo, a construção do Museu do Café, e demonstram em parte o poder econômico e político que os grandes produtores de café exerceram na cidade.

Em 1920, 30% do café produzido no Brasil era oriundo do município. Porém, com a crise de 1929, quando os EUA deixaram de comprar o café brasileiro, ocorreu praticamente uma erradicação do café na região. Assim, para que a cidade continuasse sendo um pólo importante na economia do interior do estado, foi necessário diversificar a produção. Agricultores passaram a produzir o algodão e a cana-de-açúcar, produtos já existentes, porém cultivados em baixa escala.⁸⁴

Alguns imigrantes italianos que chegaram ao final do século XIX e início do século XX, e dispunham de condições financeiras para a compra de terras, incrementaram o cultivo da cana-de-açúcar na região após a queda do café. Seus herdeiros ainda comandam as grandes usinas de álcool e açúcar da região. Atualmente existem 34 usinas na região e 11 destilarias, respondendo por 29% da produção nacional, sendo a maior produtora mundial de açúcar e álcool.

⁸³ Em 1883 foi criada a ferrovia Mogiana, com a finalidade de escoar toda a produção de café da região. O complexo de fazendas da Alta da Mogiana foi o responsável por quase toda a produção de café no Estado de São Paulo.

⁸⁴ FERREIRA, J. R.. **Ribeirão Preto e sua história**. Ribeirão Preto: Ed. USP, 1999, p. 92.

O produção da cana-de-açúcar na região recebeu uma grande incentivo com a crise do Petróleo nos anos 70, que provocou a necessidade de fontes alternativas de combustível, e fez com que o governo criasse o Próalcool, cujo objetivo foi incentivar a produção em larga escala do álcool como alternativa de combustível. Neste sentido, os produtores da cana-de-açúcar foram os mais privilegiados, pois puderam desfrutar de investimentos públicos para o aumento da produção.

Após o período áureo do café, a cidade foi se tornando cada vez mais um pólo comercial da região⁸⁵, circundada pela monocultura da cana-de-açúcar. Aliás, nos anos 90, Ribeirão foi difundida pelos meios de comunicação como a “Califórnia Brasileira”, por ser supostamente constituída de pessoas de alto poder aquisitivo e que no atual contexto personificam-se nas figuras dos grandes empresários e usineiros da região, e, como os “Barões do Café”, interferem diretamente na política local.

Os proprietários das usinas de cana-de-açúcar e os grandes comerciantes locais, esforçam-se para apresentar a cidade como moderna, alegando também, que atualmente as mesma “redescobriu” sua vocação para o comércio da agricultura e inventaram um novo slogan para cidade, a “Capital Brasileira do Agronegócio”. Unidos como classe hegemônica, interferem diretamente na ações do município, e investem maciçamente em propagandas que divulgam os números da produção da cana no município, obviamente, com o objetivo de fomentar a aceitação da população no que se refere monocultura que impera absoluta.

⁸⁵ Atualmente na cidade, existem três grandes Shoppings, além do comércio localizado no centro da cidade.

Com a criação de vários mitos e slogans sobre a cidade, principalmente com a idéia da “Califórnia Brasileira”, fez com que houvesse a propagação do estilo de vida de uma minoria da cidade (sobretudo proprietários e ricos), ocasionando de outro lado um aumento no fluxo migratório oriundo de cidades vizinhas e até mesmo de outros estados, pois além da excelente qualidade de vida dos ribeirãopretanos, ainda a atribuíam uma certa abundância de empregos.

O domínio da monocultura da cana-de-açúcar no município trouxe consigo o aumento do subemprego (há trabalho somente nos períodos de safra), o aumento da poluição (em decorrência das queimadas efetuadas nas plantações antes da colheita), sem contar com a degradação do solo causada pelo seu cultivo em larga escala. Ribeirão Preto também é conhecida nacionalmente pela excelente qualidade do seu solo, denominado regionalmente como “Terra Roxa”, podendo ser plantadas uma infinidade de gêneros alimentícios. Porém, os motivos pelos quais impera a monocultura da cana estão estritamente ligados com a necessidade desenfreada de acumulação do capital e observa-se, como nos dizeres de GOTTDNIER⁸⁶, até mesmo um incentivo do poder público em prol dessas grandes usinas e destilarias, ou seja, o espaço agrícola é readequado em função do grande capital⁸⁷. Em uma terra tão fértil, o mais lógico seria a diversificação da produção agrícola, porém, neste caso específico, a necessidade de intensificação do capital supera todas as possibilidades da terra.

⁸⁶ GOTTDNIER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo:Edusp, 1993, p. 37.

⁸⁷ Caso exemplar refere-se a promoção anual da Agrishow, evento este que visa a promoção do agronegócio da cidade em âmbito nacional. Alias, ocorre uma verdadeira batalha entre as prefeituras de várias cidades com o intuito de sediá-la.

Os recém chegados na cidade, que vieram imbuídos pela possibilidade de emprego e consequentemente de uma vida melhor, logo se depararam com a falta de estrutura habitacional e a escassez de trabalho. Este último, quando existia, exigia um alto grau de escolaridade e qualificação profissional, destoando do perfil da população migrante e pobre, restando-lhes obviamente as sub-habitações e alguns poucos empregos temporários e informais.

Assim, a cidade cresceu rapidamente nas décadas de 80 (em decorrência do êxodo rural) e 90 (intensificando-se com o slogan da Califórnia Brasileira), e consequentemente, também teve um rápido crescimento da sua área periférica. De acordo com Pessini⁸⁸, em 1979 existiam em Ribeirão Preto sete núcleos de favela: “Vila Carvalho”, “Vila Recreio”, “Vila Virgínia”, “Monte Alegre”, “Anhanguera”, “Jóquei Clube”, totalizando aproximadamente 3000 pessoas. Em 2000, a cidade contava com 31 núcleos de favela, totalizando aproximadamente 16.000 pessoas como pode ser observado na tabela:

I. Principais favelas de Ribeirão Preto:

Nomes da favela	Localização	Barracos	Moradores
Favela Monte Alegre	Rua Javari	250	1250
Favela das Mangueiras	Rua Anália Franco	310	1550
Favela Salgado Filho 2	Rua Mogi das Cruzes	48	250
Favela Salgado Filho1	Rua Lorena	70	350
Favela do Aeroporto	Porto Ferreira	830	3210
Favela do Alto do Ipiranga	Av.Rio Pardo	75	375
Favela do Jandaia	Rua Japurá	140	700
Favela do Jandaia 2	Rua Paulo Marzola	60	300
Favela da Transerp	Rua Tapajós	120	600
Favela do Dito Cabrito	Rua Campinas	30	150
Favela do Zara	Rua Soares Oliveira	150	750
Favela do Avelino	Rua Maria Inês	180	900
Favela do Simone 1	Av.Magide Simão	438	2155
Favela do Brejinho	Rua Olimpio Rossi	63	315
Favela do Simioni 3	Rua José Paterno	82	440
Favela do Tanquinho	Rua México	100	500
Favela da Fepasa	Av. Brasil	50	250
Favela do Ferro Velho	Rua Caconde	15	65
Favela do Recife	Av. Recife	10	50
Favela da Ubatuba	Rua Ubatuba	90	450
Favela da Santa Helena	Rua Uruguai	10	60
Favela do Recreio	Fundos da Usina Biaggi	20	100
Favela do Recreio 2	Rua Elisa Caldana	38	100
Favela do Valentina	Rua Nazareno Caparoli	48	240
Favela do Jardim do trevo	Rua Tuffi Raci	110	550
Favela Jóquei	Rua Ermelinda Del Raci	10	50
Favela da Carlos de Campos	Rua Carlos de Campos	11	55
Favela Bomfim Paulista	Distrito de Bomfim Paulista	29	170
Favela do Jardim Itaú	Entrada do Jardim Itaú	26	125
Favela da Coca –Cola	Rua Caravelas	35	175
Total		5032	16235

Pessini (2002: 74).⁸⁹

⁸⁸ PESSINI, A.C. Ocupação de uma área pública no município de Ribeirão Preto: Horto Florestal e suas implicações legais. Franca: Tese de Doutorado em Serviço Social, Unesp, 2002.p.74

⁸⁹ Idem, p.74.

Embora a cidade possua um elevado número de pessoas residentes em favelas, estas não se encontram aglutinadas em uma mesma região, mas estão dispersas por toda a cidade em pequenos núcleos, que raramente ultrapassam a quantidade de 400 barracos, com exceção da favela do Simione, com 438 barracos e a favela do Aeroporto com 830 barracos.

Desta forma, o aumento das sub-habitações aconteceu rapidamente, na maioria das vezes sem contar com nenhum recurso técnico ou auxílio público, tendo a população migrante e pobre de se estabelecer como pode, contando às vezes apenas com a solidariedade das pessoas próximas. E nesse encontro de pessoas que vivenciam os mesmos problemas – falta de moradia e emprego – podem surgir organizações que reivindicam o direito à cidade.

Neste sentido, a ocupação do Horto Florestal Municipal de Ribeirão Preto é um exemplo, pois representou a organização de uma parcela da população que se encontrava alijada dos benefícios da cidade e ao mesmo tempo deu visibilidade a um problema que outrora afetava apenas às metrópoles. No encontro de pessoas que possuíam os mesmos problemas, ou seja, a falta de condições dignas de moradia e sobrevivência, e diferentes trajetórias pessoais e políticas, surge em 1996 o MUST (Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto) que durante todo o seu período de atuação conseguiu inúmeras benfeitorias para a ocupação, inclusive a regularização da área.

Na aparente contradição que caracteriza a cidade, expressa na nítida separação entre os que podem e aqueles que não podem consumir, o direito à moradia é transformado em mera aquisição de mercadoria pela especulação imobiliária. E neste

sentido a organização de uma parcela da população pobre e migrante da cidade, demonstra o potencial de mobilização daqueles que sempre estiveram a margem dos planejamentos urbanísticos.

III.2 Ocupação e resistência

A cidade de Ribeirão Preto, como mencionado anteriormente, guarda em seu corpo praticamente quase todos os problemas relativos à urbanização desigual, tendo visibilidade cada vez maior o aumento exponencial das áreas pobres e periféricas. Em alguns lugares, o processo de ocupação do solo se deu sem o auxílio técnico de nenhum órgão público, tendo a população de se estabelecer como pôde. E o resultado deste violento processo está impresso no aumento desenfreado das sub-habitações. Nelas, além de estarem isolados dos benefícios citadinos, as pessoas ainda convivem com o medo dos desabamentos e enchentes, e no caso das invasões, acrescentando-se as constantes ameaças de despejo e reintegração de posse.

Embora Ribeirão Preto possua várias favelas, o processo de ocupação do Horto Florestal Municipal diferenciou-se das demais ocupações irregulares existentes na cidade, por ter acontecido de maneira rápida e muito organizada, culminando inclusive na criação do MUST (Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto), que durante todo o seu período de atuação, representou os anseios da população residente no Horto Florestal, área esta, que há muito tempo encontrava-se abandonada.

Em 1969, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto adquiriu as terras pertencentes ao sítio São José com o intuito de implantar o Horto Florestal Municipal. Porém, a área em questão nunca teve esse destino, sendo usada para pastagem animal e depósito de lixo até meados de 1996, quando tem início a ocupação.

Em uma parte da área destinada ao Horto Florestal existia um pequeno núcleo de favela denominado “Boa Esperança”, que contava com aproximadamente 60 barracos, segundo depoimentos de moradores próximos a ocupação. No início do ano de 1996, as famílias da favela Boa Esperança foram transferidas para o Conjunto Habitacional Branca Salles. Na descrição de um antigo morador da região, seu João Batista, aposentado, retirante do norte de Minas Gerais, das proximidades de Teófilo Antônio como gosta de enfatizar, a favela perdurou aproximadamente de 1988 até o início de 1996, terminando com sua remoção. De acordo com seu depoimento:

Antes tinha uma favelinha que ficava mais perto da avenida João Dias. Era pouco barraco, e acho que não passava de uns cinquenta ou sessenta barraco (...). Antes, quando eu era bem pequeno, isso em 72,71, não vinha muito para esses lados, porque era tudo plantação. Acho que a prefeitura plantava aqui. Depois, mais ou menos, lá pros anos 80, virou um lixão só, o lixo da cidade inteira era jogado aqui. Depois, não lembro o ano, o lixão foi transferido lá pro lado de Sertãozinho.⁹⁰

Como demonstra a fala do senhor João Batista, a área em questão nunca foi utilizada efetivamente com a finalidade de preservação ambiental, prevista para o Horto Florestal, foi destinada a diferentes usos, inclusive como depósito de lixo. Porém, na mesma área havia também uma pequena favela, que fora removida para o Conjunto Habitacional Branca Salles. Os motivos para a remoção da favela Boa Esperança,

⁹⁰ Entrevista realizada em 04/03/04.

segundo a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e a COHAB (Companhia Habitacional de Ribeirão Preto), foi devido ao perigo das ligações clandestinas de energia elétrica e das péssimas condições de moradia.⁹¹

Mesmo com todos os problemas de se residir em um barraco, inclusive o fato de estar distante de praticamente todos os equipamentos de consumo coletivo, as pessoas da favela Boa Esperança possuíam um certo sentimento de pertencer ao lugar. A respeito de como era a vida na favela antes da remoção para o bairro Branca Salles, o depoimento de uma antiga moradora descreve com clareza sua percepção em relação ao local.

Era bom. Agora sem terra. Eu tinha 17 anos, estou com 21. Tinha muito barraco, tinha a frente, o fundo de trás, tinha bastante. Até lá o Horto. Tinha uns barracos bem cuidados, bem limpinho, tinha outros judiados. Mas era bom lá para morar. O povo ali ganhava muita coisa boa. A maioria era tudo de fora, baiano, mineiro. E quase a maioria que morava na favela está morando no sem-teto. A vizinhança e a vida era bem melhor do que agora. Não tinha essa drogaiada, esse negócio de tiro. Era bem mais sossegado. Quando era umas nove, dez horas da noite não tinha mais ninguém andando, tudo calminho assim. Agora, deus me livre, tem tiro e nem sabe da onde vem. O pessoal trabalhava... a maioria não trabalhava não, mas a maioria trabalhava sim, mas a maioria ficava assim mais a toa. Tinha horta, uma para o lado de cima. Bastante horta, gente que criava porco, cavalos, vacas. O povo falava favela... Mas eu preferia mil vezes que agora. Favela porque era um monte de casinha. Mas pra mim era normal, o mesmo que a casa (...) A favela tinha muita coisa boa. Um lugar sossegado, calmo. Foi no tempo do prefeito Palocci, ele não deixava faltar nada, sopa, leite, cesta básica, muita horta. Vivia numa boa. Luz de graça, água de graça. Que maravilha, né. O Coraucci, Palocci... não tinha briga, nunca teve morte. Tinha os homens que bebiam, mas não tinha briga. Cada um tinha sua criação. Dona Teresa tinha um barraco que o chão brilhava..⁹²

Após a remoção da favela Boa Esperança, muitos moradores, inclusive a depoente, voltaram a morar na área, e mesmo mantendo laços afetivos com o lugar, não fora este o motivo principal para que retornassem. De acordo com os próprios moradores,

⁹¹ FERNANDES, M.E; VALENCIA, M. C. M.; CAMPOS, M.S; ADAS, S. **As contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”**. Luta na fala dos moradores dos bairros periféricos em Ribeirão Preto-SP. Unaerp, 2003, p. 322..

⁹² Idem, p 314.

o retorno decorreu da impossibilidade de pagarem as prestações da casa financiada pela COHAB, bem como as despesas com abastecimento de água e energia elétrica.

Com a remoção da favela Boa Esperança, outras pessoas passaram a ocupar o local e em pouco tempo já constituía-se um novo núcleo habitacional. Estes novos moradores que se juntavam na ocupação eram migrantes de cidades próximas, e até mesmo de outras regiões, tais como: o Norte de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas etc. Além das pessoas que anteriormente moravam na favela “Boa Esperança” e voltaram para o local, somaram-se famílias que residiam em outros bairros da cidade, (Vila Tibério, Vila Carvalho, Ipiranga, Parque Ribeirão Preto) que já não conseguiam mais pagar o aluguel. Assim, a ocupação Horto Florestal aconteceu de forma híbrida, sendo a população constituída não somente por migrantes, mas também pelas famílias naturais de Ribeirão Preto exauridas pela especulação imobiliária. Muitas já haviam perambulado por outros bairros da cidade à procura de habitações compatíveis com seus rendimentos, porém, sem sucesso⁹³.

Os motivos que levaram as pessoas a ocuparem o Horto foram diversos, porém, em sua maioria, relacionados com as atrocidades que se operam no mundo do trabalho. Alguns dirigiram-se para Ribeirão Preto em busca de tratamento médico, por não terem recursos financeiros para tratamentos em sua cidade de origem, e tiveram como única opção de moradia a ocupação. Muitos vieram de pequenas cidades próximas, e já não encontravam mais trabalho na lavoura em face da mecanização do campo e do domínio da monocultura da cana-de-açúcar. Nos dizeres de Seu Clodoaldo Firmino, seus motivos

estavam estritamente relacionados com a falta de emprego, e consequentemente, com a impossibilidade de pagar os altos preços dos aluguéis.

Naquele tempo, eu já tinha morado em outros bairros da cidade(...) e eu sou mesmo lá do Campos Elísios, um bairro muito bom. Mas casei muito novo, minha mulher tava grávida, e depois já arrumamos o segundo, e aí a situação apertou demais, e como nós vivia de aluguel, o jeito foi ir morar em uma casinha mais pequena. Depois eu fiquei uns tempo sem emprego, porque a construtora que eu trabalhava tinha quebrado. Aí, a situação ficou difícil demais, e achamos melhor a gente ir pra um bairro mais barato, e a gente foi para o Ipiranga, e todo mundo falava que lá era muito perigoso, mas não era nada, conheço um monte de gente boa que ainda mora lá. Comecei a trabalhar só de bico, ajudava uma construção aqui, outra lá, mas mesmo assim o dinheiro não dava, tava sempre faltando. Minha sorte é que fiquei sabendo que aqui tava se formando uma ocupação dos sem-teto, e juntei as coisas e vim prá cá(...) Fiquei sabendo, porque um compadre meu, que sabia que eu tava no aperto e me avisou, e aí eu nem pensei duas vezes.⁹⁴

Para o senhor João Jurandir da Silva, que presidiu posteriormente o MUST e esteve na ocupação desde o início, o fato da impossibilidade de pagar os aluguéis constituiu-se como o fator principal para a ocorrência da ocupação. Nos seus dizeres:

É às vezes pegam e perguntam ‘por quê invadiram e não compraram outra área, um lote?’ Bom, construir sua residência por quê? Primeiro que é dificultoso para nós comprar, a pessoa pagar, viver de aluguel e comprar um lote e conseguir pagar. E depois todos estavam sem condições de fazer isso (...). Então... quando foi no dia, mais ou menos agosto de 1996, eu passando aqui na beira da avenida, eu vi as pessoas construindo, marcando terreno, construindo casinha, aí eu me aproximei e perguntei, ‘vão lotear isso daqui?’. Disseram ‘não, isso aqui nós estamos invadindo’. ‘Mas quem é que esta afrente disso aí?’. ‘Ninguém, sabe, nós vamos ficar aqui até as autoridades deixar nós aqui’. Aí começou, né, foi na época do Palocci, né, Ai eu conversei com a esposa, disse ‘ó, nós não estamos conseguindo pagar o aluguel’, R\$ 380,00 eu pagava de aluguel. O meu emprego nunca era... autônomo, né, era... sou encanador, eletricitista, eu faço a obra civil em geral, né!? Construção. Aí, estava num meio dificultoso para mim eu digo vou, tinha um carrinho, eu digo vou pegar esse carrinho e vou construir essa casa aqui. Aí construí essa casa aqui, vim aqui para dentro e fiquei observando como é que ... os tempos ia levando as invasões, crescendo diariamente, né!?⁹⁵

⁹³ ZAMBONI, M.C. **Condições de vida, acumulação de riqueza, miséria e pobreza junto à população de migrantes de Ribeirão Preto-SP**. Franca: FHDSS, Tese de Doutorado em Serviço Social, 2002, p. 92.

⁹⁴ Entrevista realizada em 23/06/2003.

Como pode ser observado nos depoimentos, a notícia de que estava ocorrendo uma ocupação no Horto Florestal, espalhara-se rapidamente por toda a cidade, e o que anteriormente era um pequeno núcleo habitacional, já começava a ter grandes dimensões, e conseqüentemente adquiria visibilidade na cidade.⁹⁶

Em agosto de 1996 contava com aproximadamente 60 famílias e em novembro do mesmo ano, o número subiu para 274; em maio de 1997, esse número era de 950. No último estudo sobre a área, realizado pela Secretária Municipal de Assistência Social, no ano 2000 existiam cerca de 2000 famílias, totalizando aproximadamente 10.000 pessoas.⁹⁷

Assim, a ocupação ocorrera rapidamente, e as casas eram erguidas da noite para o dia sem contar com nenhum auxílio técnico. E como adquiriu grandes proporções, os problemas também começaram a ocorrer, tais como a falta de transportes públicos, ausência de uma Unidade Básica de Saúde, Escolas, saneamento básico, energia elétrica.

Acerca das dificuldades encontradas, o depoimento de D. Djanira da Silva descreve muito bem o período.

No começo era a coisa mais difícil do mundo, não tinha ônibus, escola, telefone, e de noite era muito ruim. Eu mesmo tinha muito medo de sair pra fora, hoje não tenho, o nosso bairro esta bem mais sossegado(...) o pior era descer do ônibus, naquele barro, com criança no colo. Escorregava de um lado para outro. Naqueles dias eu rezava para São Pedro não mandar mais chuva, (...).Mas mesmo assim, com toda dificuldade a gente foi ficando, assim, fui cada vez gostando mais daqui.⁹⁸

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, a população do Horto conseguiu se organizar e reivindicar por melhores condições de moradia. Contudo, para a efetiva

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ RIBEIRO, J. P..**Invasores conseguem audiência com prefeito.** O DIÁRIO. Ribeirão Preto: 26/02/1997.

⁹⁷ SILVA, J.A.L. **Pluralismo Jurídico: Limites e possibilidades do Direito nos conflitos coletivos urbanos que envolvem o direito a propriedade.** Trabalho de Conclusão de Curso de Direito, FHDSS- Franca, 2002, p.48.

urbanização do local, era necessário primeiramente a regularização da área. Os ocupantes do Horto Florestal sabiam da dificuldade de conseguirem a efetiva urbanização, pois jamais havia acontecido fato semelhante na história da cidade. Também, perceberam que as reivindicações poderiam ser canalizadas através de representantes eleitos dentro da própria comunidade.

Mesmo ainda não institucionalizado, em setembro de 1996 a população ocupante do Horto Florestal já havia escolhido seus representantes e posteriormente formariam o MUST, com a função de levar e defender as propostas da comunidade aos órgãos competentes.

III.3 A atuação do MUST: experiências, conquistas e arrefecimento

Como dito anteriormente, o que diferenciou a ocupação do Horto Florestal Municipal das demais que aconteceram na cidade, foi o fato da mesma ter ocorrido de maneira extremamente rápida e organizada. As outras ocupações, localizadas em outros pontos da cidade não atingiram as mesmas proporções registradas no Horto. De acordo com Jornal o Diário⁹⁹ de Ribeirão Preto, de 26 de fevereiro de 1997, a ocupação do Simioni contava com aproximadamente 270 famílias e a ocupação próxima ao Bairro Salgado Filho, não superava o número de 170 famílias.

Na opinião da Coordenadora da Assistência Social de Ribeirão Preto, que na época ocupava o cargo de Assistente Social em um núcleo de atendimento próximo ao Horto

⁹⁹ Entrevista realizada em 16/03/2004.

Florestal Municipal e pode acompanhar de perto o processo, esta ocupação diferenciou-se em muito das demais que se operaram na cidade:

A ocupação aconteceu muito rápida e na época eu era Assistente Social do Núcleo do Jardim Marckesi. Então fui designada para acompanhar e tentar dar suporte para toda aquela população que chegava. No início da ocupação, não achávamos que iria chegar naquela proporção. O número da população explodiu rapidamente (...) Naquela época o movimento contou com a experiência de alguns moradores que já tinham experiências anteriores em outros movimentos de ocupação. Assim, a ocupação não foi algo tão desorganizado, pois os ocupantes já possuíam uma planta do local e sabiam que a área era pública e que há muito tempo estava desativada”¹⁰⁰.

Como demonstrou o depoimento, a organização e rapidez com que foi realizada a ocupação do Horto contou com a experiência de pessoas que já haviam passado por outros processos de ocupação. Já nas primeiras reuniões da comunidade, por sugestão das lideranças que comporiam o MUST, e após aprovação em assembléia, que somente poderiam ser construídas casas de alvenaria, para que o processo de urbanização da área pudesse se efetivar rapidamente. Este também pode ser considerado um fator que diferenciou a ocupação do Horto das demais que aconteciam na cidade, como relata uma das ex-militantes do MUST:

No começo, quando eu vim pra cá na ocupação, eu não conhecia nada de movimento, nada de Sem-Teto. Vim mesmo por que já não tava dando mais pra ficar onde eu morava, não tinha mais jeito não... E quando eu fiquei sabendo daqui, e conheci o seu Jurandir, que já tinha passado por outras ocupações (...) Eu lembro que ele falou que se a gente quisesse mesmo ter a nossa casa direitinho, toda certinha com documentação, a gente precisava fazer só casa de blocos, de concerto, né, pra num ficar conhecido como favela, e também para os grandões ficasse sabendo que a gente queria nossa casa, do jeito certo.”¹⁰¹

⁹⁹ TOLEDO, M.. **As ocupações na cidade**. O DIARIO , Ribeirão Preto, 26/02/1997.

¹⁰⁰ Entrevista realizada em 02/03/2004 com Coordenadora da Assistencia Social de Ribeirão Preto, Ana Luçia Delappina.

¹⁰¹ Entrevista realizada 15/04/2004

Ainda no que se refere às dificuldades encontradas no início da ocupação, deve ser mencionado que pelo menos nos primeiros meses, as autoridades do município tentaram impedir a entrada de caminhões com materiais de construção, tentando desta forma desmobilizá-los. Porém os ocupantes já haviam se comprometido a não construir moradias de madeira e criavam estratégias para driblar a fiscalização. O relato de Ricardo, um dos primeiros moradores da ocupação e que participou ativamente do MUST faz menção a este período.

Olha, primeiro, a polícia, né? A polícia, a Guarda Municipal ficava nas entradas e tinha entrada, a pessoa é ... engraçado, o pessoal respeitava mesmo a cerca. Mesmo fazendo ocupação clandestina, ninguém mexia na cerca. E isso, como se diz, eu já fui, já levei muita bronca por quem começou a retirar a cerca fui eu. Porque a polícia não pode, não deixava entrar material. As casas meadas já, prontas para cobrir, esperando só a telha chegar, a polícia fazia os caminhões voltar para trás. Então o pessoal fazia toda aquela manobra, e levava para outro lugar, contratava um caminhão, perua e tipo voltava durante a noite para cobrir as casas, quer dizer, foi uma batalha terrível. Então foi onde eu comecei retirando a cerca, aí no dia em que eu retirei a cerca, a polícia ficou sem um local exato parar. Aí começou, quando eles vigiavam uma porta, entrava pela outra, vigiava outra, então tinha outra para entrar, e o material continuo entrando. Aí perderam o controle geral e não houve interesse, acho que na época, das autoridades em barrar porque nós estávamos em pleno ano político, né!? Aí tomou essa proporção tão grande hoje, e hoje talvez mais um dos problemas de Ribeirão Preto¹⁰².

Ainda no ano de 1996 a ocupação do Horto Florestal Municipal, na época identificados na cidade como “sem-teto”, por meio de seus representantes, na pessoa do Sr. João Jurandir da Silva e do Sr. Josias Amorim, entraram com um pedido junto a Promotoria Pública do Meio-Ambiente¹⁰³ com a finalidade de solicitar urbanização da

¹⁰² FERNANDES, op. Cit, p 309

¹⁰³ Segue-se um pequeno trecho da solicitação dos representantes da ocupação para o Promotor da Habitação de Ribeirão Preto, Dr. Antonio Machado. “ Informamos a V. Excia. que ocupamos a referida área, pelo motivo da mesma estar desativada a mais de vinte anos, servindo muitas vezes de depósito de lixo, sendo que até o presente momento não temos conhecimento de nenhum projeto que seria realizado no local (...) a maioria dos ocupantes da área tem inscrição na COHAB de Ribeirão Preto há mais de dez anos, sendo que até o presente momento não houve possibilidade da COHAB nos atender, e também na maioria são pessoas de baixa renda, sem possibilidade de pagar aluguel” Idem, p 295.

área. Desta forma, evidenciou-se as primeiras ações que solicitavam melhorias para a comunidade e, embora o MUST ainda não existisse oficialmente, as pessoas que o comporiam já encontravam-se na luta pela defesa dos interesses da população.

Em setembro do mesmo ano, como manobra política do poder público local, foi promulgada a lei complementar nº 618/96 que criava o Parque Botânico e Ecológico “Ângelo Rinaldi” na área anteriormente reservada ao Horto Florestal Municipal. Com este ato a Prefeitura Municipal procurou impedir a continuidade da ocupação, utilizando-se da necessidade de áreas de preservação ambiental na cidade. Porém, como demonstraram os depoimentos, a área em questão nunca obteve esse destino.

Nesta ação da Prefeitura Municipal estabeleceu-se o primeiro conflito formal em relação ao destino da área. De um lado, o poder público municipal, que após a remoção da favela Boa Esperança não dispunha de meios para impedir a ocupação. De outro, uma população extremamente empobrecida, exaurida pela especulação imobiliária e pela falta de emprego, que por meio de seus representantes reivindicava o direito à moradia, auferido na Constituição de 1988.

Com a chegada do período eleitoral ao final de 1996, houve uma certa diminuição da pressão exercida sobre a ocupação, obviamente pautada por interesses eleitoreiros. Pode-se dizer que a ocupação fora alvo de promessas de todos os candidatos à prefeitura, inclusive alguns que pleiteavam o cargo de vereador “colaboraram” com doações de materiais de construção. Porém, com fim do período eleitoral, as promessas direcionadas aos ocupantes do Horto não eram cumpridas e a população e seus representantes percebiam o quanto seria difícil a urbanização da área. Nos dizeres de Dona Maria das

Graças, moradora do Jd. Progresso, após aquele momento de promessas e desilusões, a população passou a perceber a dificuldade que seria para alcançar seus objetivos.

Quando eles vierem aqui pela primeira vez, eu acreditei, e acreditei demais. Eu e minha vizinha, nós ficamos até emocionadas. Falá, todos fala muito bonito, né. E nós acreditamos, parecia que as coisas ia acontecer da noite para o dia. Tudo que era pra nos ajudar foi prometido, ajuda na construção das casas, asfalto, água encanada, luz,... mas o tempo ia passando, as eleições acabou e nada acontecia. Pior, chegô um tempo que eles queria tirar a gente daqui, mandá num sei para onde (...) Depois disso, nós percebemos que a luta ia ser mais difícil do que a gente pensava, tudo só ia acontecer aos poucos, e ainda assim, com muita briga¹⁰⁴.

Em 1997, nos cinco primeiros meses da nova gestão da Prefeitura Municipal, tinha-se a pretensão de remover os ocupantes do Horto Florestal para a Fazenda Baixadão, na área Norte da cidade, próximo ao bairro Ipiranga e da Destilaria Galo Bravo. Na ocasião, as lideranças do MUST posicionaram-se contrários a esta proposta, pois argumentavam que muitas famílias já teriam realizados gastos na construção das casas.

Em agosto de 1997, a Prefeitura se pronúncia sobre a desistência de transferi-los, alegando que a remoção não seria interessante para a comunidade, tendo em vista o gasto realizado pelas famílias com as construções, sendo necessário estabelecer um novo acordo, que interessasse a ambas as partes¹⁰⁵.

A ocupação da área pública em questão, não diferindo dos demais movimentos de ocupação no Brasil, sempre manteve uma relação estreita com os representantes do poder público local, ficando na maioria das vezes à mercê de suas promessas. No Horto

¹⁰⁴ Entrevista realizada em 16/09/2004.

¹⁰⁵ “Até o final do ano passado, a intenção do prefeito de Ribeirão Luiz Roberto Jábalí (PSDB), era retirar os invasores da área da prefeitura e levá-los para o loteamento da fazenda Baixadão”Folha de São Paulo, 1998:3-3

Municipal evidenciou-se nitidamente a prática do clientelismo político, onde os candidatos efetuaram inúmeras promessas com o único objetivo de angariar votos.

No ano de 1999, na primeira assembléia ordinária do ano, foi votado a mudança do nome do bairro, passando dos “Sem-Teto” para “Jardim Progresso”, e neste mesmo ano, nasceu oficialmente o MUST (Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão de Preto), quando foi registrado seu estatuto. Na ocasião, foram eleitas as mesmas lideranças que representaram a ocupação desde o início.

O MUST era composto de um presidente, um vice-presidente, 4 secretários com os respectivos suplentes. Como a ocupação já possuía aproximadamente 1200 famílias, existia um líder para cada grupo 100 casas que poderiam chamar as assembléias sempre que houvesse necessidade.

A brilhante atuação do MUST no processo de ocupação do Horto contou com a atuação favorável do Ministério Público, representado pelo Promotor do Meio Ambiente Dr. Marcelo Goulart e pelo promotor da Habitação Dr. Alberto Machado, sempre lembrados nas falas daqueles que participaram ativamente da ocupação, como relata o senhor Jurandir, na época presidente do MUST.

O Marcelo Goulart, o promotor do Meio Ambiente, da Secretaria do... da Secretaria do Meio Ambiente. Ele falou no... num programa de rádio do Wilson Toni, dizendo que ele não iria mais impedir, que já está liberado, contanto que o povo fizesse a implantação das árvores, né, direitinho, que o prefeito tomasse providencias em fazer o projeto deles porque o prefeito já tinha (...) mais de três áreas que poderia, que le receberia essa área aqui, para desenvolver um outro projeto. Ele disse que não precisa o prefeito comprar, o prefeito já tem essas áreas, só falta agora só ele doar, passar a doação de direito deles desenvolverem o projeto, né, de parque, de parque ecológico. E agente está aqui, esperando que as autoridades concluam essas negociações.”¹⁰⁶

Como descreve Sergio Adas¹⁰⁷, a partir daquele período, tanto a opinião pública da cidade como os poderes municipais envolvidos nas negociações deixaram de questionar a legalidade/ilegalidade do uso da terra ocupada, reconhecendo que a realidade fatural havia ultrapassado em muito essa ordem de discussão.

Uma das mais importantes vitórias do MUST refere-se à promulgação da Lei Complementar Municipal nº 1.028 de 07/06/2000 que mudou a destinação da área ocupada, a qual passou de área de preservação ambiental para área de interesse social, destinada a implantação de núcleo habitacional “Jardim Progresso”, como também previa o redimensionamento da área destinada ao Parque Botânico e Ecológico Ângelo Rinaldi. Assim, via-se a concretização de uma promessa realizada em 1999, e que obteve ressonância somente no final de 2000.

Outro marco que merece destaque na atuação do MUST, refere-se a instalação de uma rede de energia elétrica provisória. A princípio a CPFL se posicionou contrária a normalização da rede de energia elétrica, pois tratava-se de um área invadida. Após várias audiências entre o MUST e a CPFL, ficou acordado que o movimento se responsabilizaria pela contratação de uma empresa particular para a elaboração. Na contratação da empresa ficou estabelecido que cada morador pagaria R\$ 44,00 por família, e desta forma em dezembro de 1999 era dada início as instalações.

A partir de janeiro de 2001, após a conquista da energia elétrica e a mudança do destino da área, começam a ocorrer as intervenções urbanísticas no local, sendo destaque a implantação de telefones públicos, de postes de iluminação, construção da EMEF

¹⁰⁶ FERNANDES, OP. CIT, P 308.

(Escola Municipal de Ensino Fundamental) “Jardim Progresso”, formação de uma comissão local de saúde, readaptação do atendimento das UBS (Unidade Básica de Saúde) do Jardim Maria das Graças e do Parque Ribeirão Preto, a fim de atender a população do Jardim Progresso.

As obras efetuadas remodelaram a paisagem do bairro, principalmente com a chegada do asfalto em 2002. Viu-se o crescimento do comércio local, (padarias, bares, mini-mercados, salões de beleza, etc.) e também, na mesma proporção, a construção das Igrejas. Em 2002, o bairro contava 15 templos evangélicos e um católico.¹⁰⁸

Há apenas quatro meses das eleições municipais de 2004 foi concedida a legalização dos imóveis do localizados no Jardim Progresso¹⁰⁹, evidenciando-se o caráter eleitoreiro de algumas ações da Prefeitura, reiterando a prática clientelista da política no Brasil.

Após o início da intervenções urbanísticas, ocorreu uma certa desmobilização da comunidade no sentido da participação nas reuniões, fato este também observado em outros movimentos sociais urbanos¹¹⁰, e no caso do MUST, a situação era ainda mais grave, pois não possuíam uma sede ou centro comunitário e as reuniões aconteciam sempre na casa do seu presidente.

Atualmente o MUST não possui mais uma atuação efetiva, porém as pessoas que o compuseram e participaram do processo de ocupação e negociação junto ao poder

¹⁰⁷ Ibidem, 320.

¹⁰⁸ SILVA, op. Cit. , p. 72.

¹⁰⁹ “A menos de quatro meses das eleições municipais, o prefeito de Ribeirão Preto, Gilberto Maggioni, pré-candidato à reeleição anunciou a regularização de 1312 imóveis do bairro Jardim Progresso”. Folha Ribeirão, 12/06/2004.

público, em sua maioria, continuam atuando em outras instâncias pelo direito à cidade. Alguns migraram para a associação de moradores do Jardim Progresso, outros mudaram para demais ocupações na cidade a fim de conseguirem também a regularização. Muitos encontram-se ativos na FABARP (Federação das Associações de Bairros de Ribeirão Preto).

Contudo, além das benfeitorias alcançadas, o MUST conseguiu a participação da maioria das pessoas do bairro nas decisões coletivas – mesmo que por um determinado período – oferecendo uma nova forma de participação política para àqueles que sempre estiveram à margem da cidade e à mercê da carência habitacional. Para a maioria da população residente no Jardim Progresso, o resultado do esforço do MUST está impresso na nova paisagem que caracteriza o bairro – iluminação pública, rede de água e esgoto, transporte coletivo, escola de ensino fundamental – e principalmente na possibilidade de morar com dignidade. Todas as conquistas referentes à urbanização da área tiveram como meio de interlocução o MUST. Nas assembléias, que aconteciam ordinariamente todos os meses nas casas dos representantes da ocupação, a população do Horto Municipal pode experimentar uma nova forma de participação política, onde todos possuíam o direito de expressar suas opiniões e decidir sobre as prioridades do bairro. Os efeitos desta experiência ganha visibilidade quando constata-se que a grande maioria das pessoas que participaram ativamente do MUST ainda continuam de alguma forma no movimento em favor da moradia.

¹¹⁰ GOHN, **História dos movimentos populares**. São Paulo, Loyola, 1995, p. 134.

III.4 O MUST e a conquista do Jardim Progresso

As ações desenvolvidas pelo MUST no Jardim Progresso, de uma maneira geral ainda são lembradas pela população residente no Horto, e sua importância para a comunidade esta impressa na nova configuração que o bairro adquiriu. Na fala de D. Vanzélia, que na época assumia a secretária da Associação de Moradores do Jardim Progresso, o movimento foi de extrema importância para sua formação e atuação política.

Ah... Eu sinto muita falta daquele tempo. Agente decidia tudo em reunião e as pessoas daqui era bem mais interessada. No começo, eu mesmo não tinha noção,..., quer dizer não tinha consciência, não sabia que é direito a gente ter um lugar decente para morar.(....) Não tá certo, ter que viver com o esgoto correndo, sem casa, com medo da chuva. E se hoje, eu ainda tô aqui, tentando lutar por nós, é graças a eles, os primeiros que sobe organizar a gente, tipo o pessoal do seu João Jurandir. No começo, nem eu acreditava que aquela terra abandonada fosse chegar nisso, que um dia agente ia ter orgulho de morar no Sem-Teto...não agora é Jardim Progresso¹¹¹.

A atuação do MUST, enquanto movimento social urbano, foi de extrema importância para o processo de urbanização da área. Durante todo o seu período áureo, que durou de 1999 ao final de 2002, o MUST procurou representar os anseios da população do Jardim Progresso, e suas ações já surtiam efeito antes mesmo da sua institucionalização.

Mesmo com a construção de algumas obras de infra-estrutura, a população residente no Jardim Progresso ainda se depara com algumas dificuldades, dentre elas a falta de uma creche e a necessidade geral de emprego. Na fala de uma moradora do

bairro, que atualmente participa da Associação de moradores do Jd. Progresso, Maria Luíza de Souza, a ausência de trabalho constitui-se como um dos grandes problemas que o bairro enfrenta.

Aqui, a maioria das mulheres estão desempregadas. Não tem muita opção para os jovens, a maioria fica de boeira o dia todo.(...) A gente, que faz parte da associação de moradores, a gente pensa que nós aqui precisamos de alguns cursos, aqui na comunidade mesmo, para que a mulherada pudesse gerar alguma renda, tentar se sustentar. Tudo mundo sabe fazer alguma coisa. Assim, a gente precisava de uns cursos de costura pra saber costurar, outras que ensinassem computação, jardinagem.(...) O maior problema é que a gente não tem um espaço para essas coisas. Não tem cursos para oferecer para elas (...) A mesma coisa a gente pode falar dos jovens, que aqui também não tem muitas possibilidades, emprego não tem, e aí acaba caindo naquilo que todo mundo conhece, não tem muita esperança, e aí, acaba virando bandido.¹¹²

Para as pessoas que ainda atuam de alguma maneira na melhoria do Jd. Progresso, é sabido da necessidade da continuidade da mobilização, no sentido de viabilizar obras que ainda não foram construídas. Na opinião da atual presidente da associação de moradores do Jd. Progresso e que participou ativamente do MUST ocupando a sua secretaria, a luta no bairro hoje pauta-se prioritariamente na construção de uma creche.

Bom, o principal objetivo, nós sentimos a necessidade de uma creche. Por que hoje tem, muitas mães que ganham seu dinheiro olhando crianças dos outros, elas estão cobrando na média de 70, 80 reais. Uma mãe, se ela vai sair para ganhar 300 reais por mês como doméstica, vai ainda estar pagando para olharem seu filho, se ela tem 2, 3 filhos já se foi o salário dela. A creche é a luta que nós estamos em cima, tentando fazer uma campanha para a luta na área da educação. Uma EMEI também é muito importante para as crianças de 4 a 6 anos. Por que a criança fica na creche até os 4 anos e precisa haver uma continuidade.¹¹³

¹¹¹ Entrevista realizada em 13/07/04.

¹¹² Idem.

¹¹³ Entrevista realizada em 16/08/2004.

Mas também há a necessidade da construção de uma Unidade básica de Saúde, como relata Rita:

Bem, UBDS, a gente usa a do Parque Ribeirão e a do Jd. Maria das Graças. E o atendimento fica meio apertado, se a gente conseguisse a nossa seria ideal. Já foi pedida uma no orçamento participativo. Estamos aguardando. Agora eu soube que a EMEI já está na licitação. E a ultima luta é para que tivesse um Centro Comunitário, para levar as mães para lá, por que podia uma mãe, vamos supor, a Dona Maria sabe fazer crochê, a Dona Sebastiana sabe fazer tricô, uma ensina pra outra. Nisso vai pegando os jovens para tá aprendendo. Por exemplo: uma sabe fazer pão, ela vende o que sobrou do seu consumo de casa. Quem sabe até uma cooperativa, mais primeiro precisa de estrutura.¹¹⁴

Mesmo com a regularização dos lotes em 2004, não garantiu sua efetiva urbanização, pois além da demarcação, sente-se a necessidade da construção de equipamentos de consumo coletivo, ausentes não apenas no Jd. Progresso, mas praticamente em toda aquela região da cidade. E nesse sentido, Ribeirão Preto não se difere das demais grandes cidades brasileiras, pois guarda em seu planejamento urbanístico a típica receita de assentar os pobres nas áreas afastadas, muitas vezes sem recursos básicos de infra-estrutura. As poucas áreas destinadas ao lazer público, encontram-se do outro lado da cidade, próximas daqueles que realmente a vêem com o mesmo glamour da “Califórnia Brasileira”. Para estes, a cidade oferece tudo, bares, restaurantes, Parques Ecológicos, teatros, muitos *shoppings*, infinitas formas de lazer. Os grandes muros, que agora circundam bairros inteiros, além da segurança, procuram dar invisibilidade aos problemas que ganham corpo na rua, tais como a própria carência habitacional e a violência nas suas variadas formas.

¹¹⁴ Idem.

A cidade, que ao mesmo transmite a imagem do mundo moderno, do globalizado mercado do *agrobussines*, dos vários *shoppings*, da noite agitada, onde as relações sociais estão cada vez mais pautadas no potencial de consumo, cria, por outro lado, e ao mesmo tempo, a proliferação das áreas pobres que contracenam com sua parte bela, segura e sofisticada. A ocupação do Horto Municipal, com a subsequente criação do MUST é um exemplo claro, na medida em que o Jardim Progresso faz divisa com o Condomínio Quinta da Boa Vista, sendo este reservado estritamente para aqueles que realmente possuem o poder de consumo, tão almejado e valorizada na sociedade atual. Como dito anteriormente o resultado das ações do MUST estão impressas na nova paisagem que caracteriza o bairro, e ainda constituí-se como referência para as novas lideranças do bairro, que atuam na Associação de Moradores do Jardim Progresso.

Ah, se for pra contar a nossa história, a história de ocupação do Horto, tem que lembrá desde o começo, quando a gente num tinha nada, e era tudo difícil. Posso dizer que eu nem pensava em organização da comunidade. Mas passei a ter contato com a organização do MUST e passei a participar direto nas reuniões. Como aprendi com o Sr. Jurandir e os outras pessoas do movimento.¹¹⁵

V. Considerações finais.

No atual contexto torna-se cada vez mais grave a questão da carência habitacional, que agora passa a afetar também as cidades do interior. Nestas, com a intensificação do processo de urbanização, assiste-se à rápida proliferação das áreas pobres e periféricas e ao mesmo tempo, tem-se a difusão de um novo estilo de vida, extremamente urbano e globalizado. Neste novo estilo de vida, o padrão de aceitação está pautado exclusivamente no poder de consumo, condensado na máxima “vale mais quem pode comprar mais”.

Mas esta nova configuração da cidade ainda não permite que uma parcela significativa da população tenha acesso de fato aos benefícios citadinos. A população pobre ainda é obrigada a residir em áreas que às vezes não contam com o mínimo de infra-estrutura. Ao mesmo tempo em que a pobreza e precariedade habitacional se espalham por todo o tecido urbano, assiste-se ao isolamento daqueles que podem consumir.

Porém, a cidade não pode ser interpretada como algo estático, pois mesmo com a contínua exclusão de uma parcela significativa da população, ainda é possível deparar-se com velhas e novas formas de reivindicações no espaço urbano, expressos em movimentos sociais organizados. Neste sentido, o contato com as pessoas que participaram efetivamente no processo de ocupação de uma área pública, que há muito tempo encontrava-se abandonada, demonstra que mesmo em um período marcado pela negligência do Estado nas resoluções das questões sociais, a população ainda é capaz de organizar-se em torno de necessidades comuns.

¹¹⁵ Entrevista realizada em 15/04/2004.

No contato estabelecido com a população pobre e migrante que ocupava o Horto Municipal, atualmente denominado Jardim Progresso, evidenciou-se o fato de que a questão urbana está estritamente ligada com as mudanças que se operam no mundo do trabalho, pois a busca necessária por melhores condições de vida e trabalho ocasiona a migração rumo às áreas com suposta oferta de empregos. Para estes que chegam, em sua maioria com pouca qualificação profissional, a cidade não oferece muitas possibilidades, além das sub-habitações e os empregos sazonais.

As cidades, revestidas pela ideologia da globalização, ainda mantêm e até mesmo agravam o abismo entre pobres e ricos. Neste contexto a formação dos movimentos sociais urbanos representam o poder e capacidade de organização da população. Os depoimentos evidenciaram o fato de que os baixos salários, principalmente daqueles que atuam na economia informal, impossibilitam-nos de pagarem os aluguéis. É comum às famílias perambularem por vários bairros à procura de habitações compatíveis com seu rendimento, muitas vezes, tendo como única opção a ocupação de uma área abandonada.

No caso específico de Ribeirão Preto, o MUST, ao representar os anseios da população ocupante do Horto, deu visibilidade a um problema que na maioria das vezes encontrava-se obscurecido pela propaganda da “Califórnia Brasileira”, ou seja, a falta de estrutura habitacional para uma parcela significativa da cidade.

O MUST também possibilitou uma nova forma de participação política para uma população que sempre esteve excluídas das decisões dos governos. Nas reuniões do MUST todos podiam opinar sobre as decisões da comunidade. Mas também, deve ser levado em conta a experiência de moradores que já haviam participados de outras

ocupações, como é o caso do seu Jurandir. Fato evidente quando no início da ocupação foi deliberado pela população ocupante que somente seriam construídas somente casas de alvenaria, para que o processo de urbanização se efetivasse. Mesmo com a clara obstrução da entrada de materiais de construção, a população organizada soube resistir.

Em relação aos impactos das ações do MUST na população do Jardim Progresso, basta observar as benfeitorias conseguidas para o bairro (asfaltamento das ruas, instalação da rede de água e esgoto, iluminação pública, construção da Escola de Ensino Fundamental), mas principalmente o orgulho e satisfação das pessoas que moram no local.

Mesmo não existindo mais como um movimento social urbano, a maioria das pessoas que participaram do processo de ocupação do Horto Florestal continuam ativas, seja na associação de amigos do bairro Jardim Progresso, ou em outras instâncias de reivindicação pelo direito à cidade.

VI. Bibliografia:

ALVES, Giovani. **A natureza da crise da globalização** [S.I]. Revista Eletrônica Autor, ano II, nº14, 2000. Disponível em <<http://www.revistaautor.com.br>>. acesso em 23/10/2004, 10:30

_____. **Trabalho e Globalização** [S.I]. Revista Eletrônica Autor, ano IV, nº 41, nov/2002. Disponível em < <http://www.revistaautor.com.br>. acesso em 15/11/2004, 15:30.

AMMANN, Safira Bezerra. **Associação dos Moradores no Centro-Oeste**. São Paulo: Cortez, SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, nº 22, p. 5-23, Ano VII, dez/1986.

_____. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 3ª ed, 1984.

ANTUNES, R.L.C **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 5ª ed, 1998.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 4ª ed, 2001.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Democracia totalitária: teoria e parática da empresa**. São Paulo: Cortez, 2004.

BIERRENBACH, Maria Inês. **Política e Planejamento social**. São Paulo: Cortez, 1991.

BOURDIEAU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Petrópolis, 1997.

- BORJA, Jordi. **Movimentos Sociales Urbanos**. Buenos Aires: Siap – Planteos, 1975.
- BOSCHI, Renato Raul (org). **Movimentos Coletivos no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BOSI, Éclea. **Cultura de Massa e Cultura Popular**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed, 1981.
- BRASIL. **Anuário Estatístico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991 a 1995.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Cortez, 2ª ed, vol. 2, 1999.
- CARLOS, A .F. **Os lugares no/do mundo**. São Paulo:HUCITEC, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política** - A dualidade de poderes e outros ensaios. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. São Paulo. REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS, nº 2, vol. 23, 1995, p.71-84.
- _____. Marilena. **Conformismo e resistência: Aspectos da Cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo:Cortez, 1991.
- COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania: produção dos direitos na era da globalização**. Cortez: São Paulo, 1999.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 3ª ed, 1997.
- DESLAINES, S.F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DURHAN, Eunice R. **O caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ESTEVÃO, A.M.R. **A comunidade como valor**. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica. Tese de mestrado Serviço social, 1989.

FERNANDES, M. E.. **As contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”**: vida e luta na fala dos moradores periféricos em Ribeirão Preto-SP. Ribeirão Preto: Unaerp, 2003.

FROTA, Luciana S.A. **O Documento Oral e Algumas Fontes**. São Paulo, CADERNOS DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, nº 16, 1º série, novembro 1981, p 63-69.

FOCAULT, M. **Microfísica do poder**. (Org. e trad: MACHADO, Roberto). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FORRESTER, Viviane. **O Horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Reivindicações Populares Urbanas**: um estudo sobre associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **História dos Movimentos Populares**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Comunidade: à volta do mito e seus significados. São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade, nº32, ano XI, 1990, p 115-125.

_____. Movimentos sociais urbanos no Brasil: produção teórica e projetos políticos. Revista SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, nº25, ano VII, 1987 p 51- 82.

_____. **Os sem-terra, Ong's e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. 2ªed, São Paulo: Cortez, 2000

SCHILLING, Voltaire. **Globalização ontem e hoje.** [S.I]. Disponível em ,<http://www.terra/voltaire/atualidades//htm..> Acesso em 03/12/2004, 16:30.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: Edusp, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Unesp, 1996.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HAMBURGER. Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. Apud.

NOVAES, Fernando. **História da vida privada.** São Paulo: Companhia da Letras, 1998, p. 423-492.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História.** São Paulo: Brasiliense, 1972.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A era do Globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JACOBI, Pedro R.: Movimentos Sociais Urbanos Numa Época de Transição Limites e Potencialidades. Apud SADER, Emir (org). **Movimentos Sociais na Transição Democrática.** São Paulo: Cortez, 1987, p. 11-23.

_____. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 2ª ed, 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed, 1976.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed, 1977.

_____. **As Lutas Sociais e a Cidade:** São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O pensamento Marxista e a cidade.** Povia de Varzim: Ulisséia, Portugal, 1972

LEHFELD, Neide Ap de Souza. **Uma abordagem populacional para um problema Estrutural: A Habitação.** Petropolis: Vozes, 1988.

LEHFELD, N. ;BARROS. **A elaboração e divulgação do trabalho científico.** Porto: Atlas, 1993.

LOJKINE, Jean. **A Cidade do Capital.** Rio de Janeiro: RJDPA, 2ª ed, 2001, cap. II, p.29-73.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudos de dialética marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

_____. **A consciência de classe: estudos de dialética marxista.** Porto: Publicações Escorpião, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MOISÉS, J.A . **Revoltas urbanas.** Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2ª ed, 1994.

_____. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 3ªed, 1991.

_____. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização.** São Paulo: Olho d'Água, 1997.

PESSINI, Adair Caceres. **Ocupação de uma área pública no Município de Ribeirão Preto : Horto Florestal e suas implicações legais.** Franca. FHDSS Tese de doutorado Serviço Social, 2002.

PIETROCOLLA, Luci Gati. **Sociedade de Consumo: O que todo cidadão precisa saber .** São Paulo: Global, 1986.

QUEIRÓZ, Maria I.. P. **Variações sobre o emprego da técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: CADERNOS DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, nº 16, 1ª série, novembro de 1981, p. 110-127.

QUEIRÓZ, José J. **O mundo do menor infrator.** São Paulo: Cortez, 1987.

RAMOS, Maria H. R. **Para a critica dos paradigmas dos movimentos sociais urbanos.** São Paulo: SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, ano XV, abril/1994 p. 53-61.

SADER, E. **E quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org). **Movimentos Sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

SANDRINI, Paulo. **O que é mais-valia.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A Urbanização Desigual.** São Paulo: Vozes, 1980.

_____. **A Pobreza Urbana.** São Paulo: HUCITEC, 2ª ed, 1979.

SILVA, M.K. **Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal de Porto Alegre**. Editora UFRGS: Porto alegre, 2002.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado/violência urbana neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 3ª ed, 1992.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização: um novo e velho processo. In IANNI, O; RESENDE P.E (org). **Desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TISCHLER, Sérgio. A forma classe e os movimentos sociais na América Latina in LEHER. R; SETÚBAL, M. **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

TOURIANE, Alain. **Como sair do liberalismo?** Edusc: Bauru-SP, 1999

VERAS, M.P.B. **Trocando olhares: Uma introdução à sociologia da cidade**. São Paulo: Nobel, 2000.

VIEIRA, Lizst. **Cidadania a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ZAMBONI, M.C. **Condições de vida, acumulação de riqueza, miséria e pobreza junto à população de migrantes na cidade de Ribeirão Preto-SP**. Franca: FHDSS, tese de Doutorado, 2002.